



Análise da potencialidade turística inexplorada – Caminha, entre a natureza e a história

Alexandra Daniela Soares Simões

**Análise da potencialidade turística
inexplorada – Caminha, entre a natureza e a
história**

Alexandra Daniela Soares Simões

Relatório de estágio para obtenção do Grau de Mestre em Turismo e
Ambiente

Relatório de Estágio realizado sob a orientação da Professora Doutora Teresa
Mouga

2016

Análise da potencialidade turística inexplorada – Caminha, entre a natureza e a história

Copyright de Alexandra Daniela Soares Simões, Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e Instituto Politécnico de Leiria

A Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar e o Instituto Politécnico de Leiria têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação/trabalho de projeto/relatório de estágio através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Dedicatória

Ao meu primo, Noé, que partiu muito cedo de entre nós e por quem sempre tive um carinho muito especial. É dedicado a ti!

Agradecimentos

Neste trabalho colaboraram diversas pessoas e entidades a quem não posso deixar de agradecer.

À minha orientadora Prof.^ª Dr.^ª Teresa Mouga, pelo incentivo que me deu para seguir em frente, por me ajudar sempre que necessitei, mesmo antes de se iniciar este estágio, e por moldar a minha ideia vezes sem conta até chegarmos ao produto final.

À entidade que me acolheu, Câmara Municipal de Caminha, bem como a Dra. Natividade Lima, Dra. Tomásia Cunha e a todo o gabinete da logística do turismo que sempre se mostraram disponíveis para me auxiliar ao longo deste percurso.

Aos meus amigos que sempre se mostraram prestáveis quando eu necessitava de ajuda ao longo do estágio, nomeadamente Sara Gomes, que sempre me apoiou ao longo do meu percurso académico.

E por último, mas não menos importante, à minha família, que me deu sempre todo o apoio necessário para seguir em frente e se mostrou disponível para ajudar sempre que necessitei.

Resumo

O presente relatório insere-se no plano curricular do 2º ano de Mestrado de Turismo e Ambiente e consiste no estudo das potencialidades turísticas não exploradas no município.

Caminha é um município litoral, onde, existe uma de grande variedade de produtos, sejam eles naturais, culturais ou até mesmo gastronómicos. A procura turística, porém, centra-se bastante no Turismo de Sol & Mar, sendo os produtos acima referidos desvalorizados pelos turistas. Esta problemática verifica-se ao longo do ano, onde por um lado existe uma crescente procura durante os meses de época balnear, e por outro lado uma baixa procura turística nos restantes meses e, conseqüentemente, pequenos comércios locais são particularmente afetados por esta sazonalidade.

Sendo esta região, portanto, uma zona bastante sazonal, é nosso dever combater esta problemática, expandindo a oferta turística do município, através da obtenção de, por exemplo, novos trilhos pedestres que permitam conhecer melhor o património existente e portanto aumentar a oferta turística.

Assim, foi desenvolvido um estágio de mestrado, com o objetivo de identificar e caracterizar os recursos que o município de Caminha tem para oferecer, bem como definir as formas sustentadas de exploração destes recursos.

Para que estes trabalhos pudessem ser desenvolvidos tendo em conta os objetivos inicialmente delineados, foi feita uma revisão bibliográfica para poder sustentar as várias atividades desenvolvidas durante o estágio, que proporcionaram, ao mesmo tempo, a aquisição e o desenvolvimento de diferentes competências técnicas e científicas, na área de turismo e ambiente.

Conclui-se que os resultados alcançados foram positivos, tendo-se percebido, após a identificação dos recursos, quais os que exibem uma má exploração, de forma a ser traçado um plano de gestão sustentada desses recursos.

Por último, para uma maior compreensão e ajuste da oferta turística da região, caracterizou-se o perfil do turista que visita o município bem como as suas motivações.

Este relatório é, assim, o produto final da aprendizagem das competências obtidas ao longo da licenciatura e consolidadas no mestrado, bem como de nove meses de trabalho de estágio na Câmara Municipal de Caminha, gabinete da Cultura e Turismo, os quais no seu conjunto contribuíram para a realização do presente relatório de estágio.

Palavras-chave: Caminha, Turismo, Turista, Sustentabilidade, Medidas de gestão

Abstract

The present study is part of the curricular plan of the 2nd year Master in Environmental Tourism and consists in the study of the unexplored tourism potential of Caminha.

Caminha is a coastal municipality, where, despite the big diversity of products offered in this region, such as natural, cultural or even gastronomic, the touristic demand focuses mainly on tourism of sun and sea. Therefore, the above mentioned alternative products are being undervalued by tourists. This problem occurs throughout the year, where on one hand there is an increasing demand during the bathing season, and on the other hand, a low tourist demand in the remaining months. Consequently small local business are being severely affected.

Being this region quite seasonal, it is our duty to mitigate this problem, expanding the touristic offer in this municipality, by obtaining, for example, new walking trails to increase the knowledge of the existing patrimony and, therefore, allow the increase of the touristic offer.

Therefore, it was developed a master's internship, in order to identify and characterize the resources that Caminha has to offer, as well as define the sustained exploitation of these resources.

To allow the development of this study, taking into account the goals initially defined, it was necessary to make a bibliographic review to support the activities developed during the internship, which provided, at the same time, the acquisition of the knowledge of different technical and some scientific skills in the area of Environmental Tourism.

We may conclude that the results were positive, having realized that after the identification of the resources, which are being badly exploited. Therefore, an attempt has been made to suggest some measures of sustainable management for this exploration.

And last but not least, for a greater understanding and adjustment of the touristic offer, we characterized the profile of tourists that visit the county, as well as their motivations.

This study is the final product of the learning skills obtained throughout bachelor's degree and consolidated in the master's degree, as well as the nine-month internship in the City Hall of Caminha, which has contributed to the accomplishment of this internship report.

Key-words: Caminha, Tourism, Tourist, Sustainability, Management measures

Índice:

Índice de ilustrações	xv
Índice de tabelas	xvii
Índice de gráficos.....	xix
Capítulo I. Introdução	1
1.1. Contextualização do estágio	2
1.2. Definição dos objetivos.....	2
1.3. Plano de atividades desenvolvidas e sua contextualização.....	3
1.4. Atividades desenvolvidas.....	3
1.5. Estrutura do relatório	6
Capítulo II. Enquadramento Teórico	7
2.1. Conceitos associados ao Turismo	8
2.1.1. Evolução Histórica do Turismo.....	8
2.1.2. Turismo	9
2.1.3. Turista	12
2.2. A importância da atividade turística e os seus impactes.....	13
2.3. Tendências do Turismo em Portugal.....	17
2.3.1. Turismo Internacional	17
2.3.2. Turismo Nacional	19
2.4. Sustentabilidade Ambiental	21
2.4.1. Desenvolvimento Sustentável.....	21
2.4.2. Os três pilares da sustentabilidade	22
2.4.3. Turismo Sustentável.....	24
2.4.4. Princípios do turismo sustentável.....	26
2.4.5. Medidas de gestão sustentáveis.....	27
Capítulo III. Caracterização da Entidade Acolhedora.....	33
3.1. Identificação e Missão da entidade de estágio.....	34
3.2. Localização e caracterização do meio envolvente	34
3.2.1. Enquadramento geográfico	34
3.2.2. Demografia.....	35
3.2.3. Produtos estratégicos	36
3.2.4. Movimento turístico do município de Caminha	36
3.2.4.1. Evolução da Procura.....	36
3.2.4.2. Principais Mercados Emissores.....	39
Capítulo IV. Metodologia.....	43
4.1. Técnicas e instrumentos de recolha de informação.....	44
4.2. O design do Estudo	45
Capítulo V. Formas Sustentadas de Exploração dos Recursos Turísticos	47
5.1. Análise da potencialidade turística dos recursos disponíveis no Município	48
5.1.1. Identificação e caracterização dos recursos turísticos	48
5.1.2. Formas sustentadas de exploração dos recursos	49
5.1.3. Medidas para uma exploração sustentável	51
Capítulo VI. Conclusão.....	63

6.1. Considerações finais sobre o estágio	64
Referências Bibliográficas	67
Anexos.....	71

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Classificação dos viajantes	13
Ilustração 2 –Principais setores da atividade turística.....	14
Ilustração 3 - Os três pilares da Sustentabilidade.....	23
Ilustração 4 - Uma abordagem para o planeamento turístico para o bem-estar das comunidades.....	31
Ilustração 5 - Mapa do Município de caminha.....	35
Ilustração 6 – Design do estudo de caso.....	45
Ilustração 7 - Stakeholders do turismo sustentável.....	56
Ilustração 8 - Limites da Mudança Aceitável.....	59

Índice de tabelas

Tabela 1 – Tarefas realizadas ao longo do estágio.....	4
Tabela 2- Propostas desenvolvidas ao longo do estágio.....	5
Tabela 3 - Chegadas Internacionais de Turismo.....	17
Tabela 4 - Receitas internacionais de turismo	18
Tabela 5 - Resultados regionais de chegadas e receitas internacionais de turismo	19
Tabela 6 - Contribuição dos produtos do PENT por região	36
Tabela 7 - Principais Mercados Emissores	39
Tabela 8 - Implementação de Indicadores de Sustentabilidade	59

Índice de gráficos

Gráfico 1– Plano de atividades.....	3
Gráfico 2 - Peso das receitas turísticas internacionais nas exportações (% , 2007-2014)	20
Gráfico 3 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, por residentes no estrangeiro e no país (milhares 2007-2014)	20
Gráfico 4 - População residente por concelho, segundo os grandes grupos etários e o sexo.....	35
Gráfico 5 - Linha de Tendência do Movimento de Turistas de Caminha	37
Gráfico 6 - Variação do Movimento Turístico nos PITs de Caminha	37
Gráfico 7 - Loja Interativa de Turismo de Caminha.....	38
Gráfico 8 - Loja Interativa de Vila Praia de Âncora	38
Gráfico 9 - Variação dos Principais Mercados.....	40
Gráfico 10 - Variação dos Mercados Emissores Nacionais e Estrangeiros.....	40

Capítulo I. Introdução

1.1. Contextualização do estágio

A realização do estágio constituiu uma das opções que integra o segundo ano de Mestrado em Turismo e Ambiente, da escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar – Instituto Politécnico de Leiria – em Peniche. Foi realizado na Câmara Municipal de Caminha no gabinete da Cultura e Turismo. Este estágio permitiu colocar em prática várias ideias e conhecimentos adquiridos ao longo do curso.

O presente relatório reflete o elenco das atividades desenvolvidas no estágio realizado na Câmara Municipal de Caminha, que decorreu nos meses de Outubro a Dezembro de 2015 e nos meses Janeiro a Julho de 2016, perfazendo um total de 1620 horas, ou seja, nove meses.

Incide na temática de Turismo e Ambiente, como ferramenta capaz de operar mudanças significativas e com ganhos para todos os intervenientes da organização e, em especial para o turismo da região, cujo objetivo será uma maior adesão por parte dos turistas.

1.2. Definição dos objetivos

A oportunidade de acompanhar e participar nos diversos procedimentos de desenvolvimento de uma região, conhecer novas realidades e diferentes métodos de trabalho, permitiu consolidar e expandir os conhecimentos adquiridos em colaboração com o órgão de gestão da Câmara Municipal, correspondendo aos objetivos e expectativas previamente traçados.

Assim, o período de tempo afeto ao estágio, possibilitou a prática e execução de atividades, em articulação com as estruturas de gestão, em contexto real, as quais permitiam o desenvolvimento e amadurecimento de competências específicas na área do turismo e do ambiente.

Finalizado o estágio e consubstanciado na forma de relatório, este proporcionou momentos de reflexão e produção de conhecimentos sobre a organização onde o estágio decorreu e, ao mesmo tempo, permitiu alargar horizontes, onde cada um dos atores intervenientes constitui um ponto importante na construção de um turismo sustentável.

Neste contexto, para além de ter de cumprir com as funções normais de um colaborador na área do turismo, os objetivos gerais definidos pelas entidades responsáveis foram:

1. Aplicar e consolidar conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso;
2. Adquirir conhecimentos acerca do funcionamento do gabinete da Cultura e Turismo da CMC;
3. Apoiar e acompanhar todos os processos relativos à atualização de dados, informação (análise e tratamento de dados) e projetos do setor turístico.

Como objetivos específicos pretendeu-se:

1. Identificar e caracterizar todos os recursos com potencial turístico no município;
2. Definir formas sustentadas de exploração desses mesmos recursos;
3. Encontrar medidas de gestão sustentáveis referentes aos recursos.

1.3. Plano de atividades desenvolvidas e sua contextualização

Como se pode ver no Gráfico 1, o plano de atividades foi definido durante o primeiro mês de estágio. Estas tarefas vão de encontro aos objetivos anteriormente formados no ponto 1. Assim, durante os três primeiros meses de estágio, foram identificados e caracterizados os recursos (naturais e patrimoniais), para que posteriormente fosse possível definir formas sustentadas de exploração dos recursos (Fevereiro a Abril) e encontrar medidas de gestão, se possível, para estes recursos turísticos (Março a Maio).

Por fim, durante o mês de Junho, foram feitos os ajustes finais do relatório de estágio para que no fim de Julho, este pudesse ser entregue de acordo com os parâmetros de avaliação pedidos.

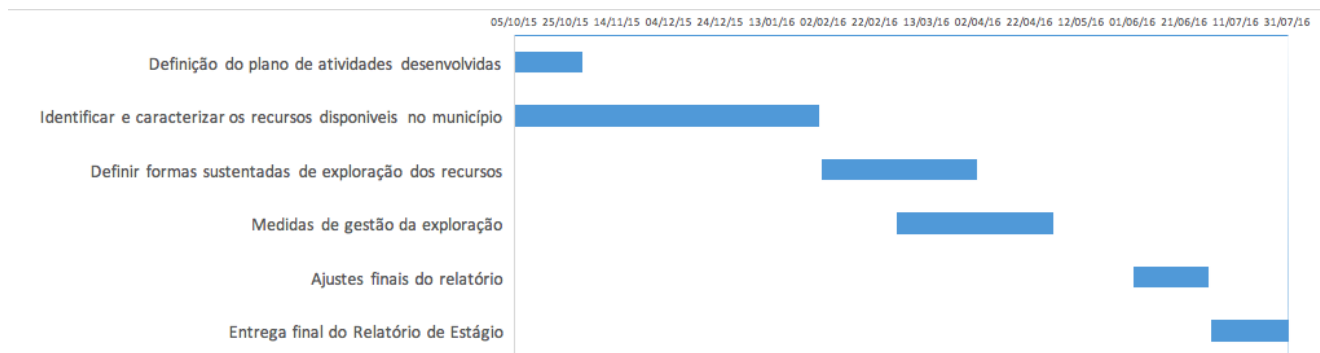


Gráfico 1– Plano de atividades

Fonte: Própria

1.4. Atividades desenvolvidas

No âmbito das atividades desenvolvidas, durante o estágio foram realizadas diversas atividades de natureza diferentes. Deste modo, a apresentação das atividades desenvolvidas será apresentada de forma separada. Numa primeira parte, iniciar-se-á a descrição das tarefas realizadas e, posteriormente, far-se-á uma descrição sucinta sobre as propostas de atividades.

No plano das tarefas realizadas (Tabela 1), estas prenderam-se com a realização de análise de inquéritos sobre eventos anteriormente realizados como Feira Medieval, Entre Margens – Encontro de Tocadores, movimentação de peregrinos e movimentação de turistas em anos anteriores.

Percebeu-se que os rececionistas do município pouco conheciam da oferta turística de Caminha, decidiu-se então criar um roteiro turístico para que mais tarde, estes pudessem indicar ao turista o que pode ser visitado neste concelho.

Em relação ao inquérito do perfil do turista, entendeu-se que o antigo questionário se encontrava desatualizado, com muitas questões que faziam pouco sentido e muito extenso. Decidiu-se então criar um inquérito novo melhorando a pertinência das questões, tornando-o mais acessível ao turista.

De entre os vários eventos realizados ao longo do ano, colaborou-se na Feira Gastronómica, com o objetivo principal de efetuar o levantamento das atividades de carácter lúdico, pesquisando, para o efeito, atividades relacionadas com animação turística em eventos. Para além deste trabalho, foram também realizados contactos com algumas entidades pretendendo a sua participação no evento.

Tabela 1 – Tarefas realizadas ao longo do estágio

Tarefas realizadas	Objetivos	Definição de tarefas	Recursos	Calendário
Análise de inquéritos	Obter informação sobre o funcionamento dos eventos; Sistematizar as informações recolhidas	Realizar leituras e proceder à alteração dos inquéritos; Observar o funcionamento do mesmo; Realizar análise de dados	Computador; Inquéritos	Outubro/ Novembro
Colaboração na realização de um Roteiro Turístico	Apresentar a oferta turística aos rececionistas do município	Levantamento de informação referente aos recursos turísticos do município;	Computador; Desdobráveis do município;	Novembro
Colaboração na realização de um novo e melhorado inquérito sobre o perfil do turista	Melhorar a pertinência das questões; torna-lo mais acessível	Realizar uma leitura sobre os inquéritos previamente realizados e consolida-los num só	Computador; Inquéritos antigos	Novembro
Colaboração na organização de atividades de animação na Feira Gastronómica	Apresentar um conjunto de atividades ou empresas de animação para a Feira	Levantamento das atividades que se realizaram em anos anteriores; Proceder a um trabalho de pesquisa sobre as atividades de várias áreas (música, dança, animação) Contactar algumas entidades sobre a sua participação nas animações	Computador; Brochura sobre os fins de semana gastronómicos de anos anteriores;	Janeiro

Durante o estágio, foram propostas diversas atividades (Tabela 2) , para além das que foram solicitadas. Estas propostas tiveram o objetivo de melhorar a oferta turística oferecida ao turista. Assim, foi elaborado um inquérito de satisfação quer para a população local quer para os comerciantes locais, dado que se entende que a opinião dos municípios é essencial para que exista uma ligação entre estes e as autoridades locais.

Ao longo do estágio verificou-se, ainda, a necessidade de elaboração de uma ficha de atividades dos eventos com o propósito de fazer o levantamento do número de espetáculos realizados em anos anteriores e futuros espetáculos, como ilustra o Anexo III.

De entre as várias rotas turísticas oferecidas ao turista, percebeu-se que ainda existe muito a explorar no município de Caminha. Assim, foi proposto, também, a realização de uma Rota dos Miradouros e uma Rota das Ecovias.

Tabela 2- Propostas desenvolvidas ao longo do estágio

Propostas	Objetivos	Definição de tarefas	Recursos	Calendário
Elaboração de um inquérito de satisfação aos comerciantes locais	Avaliar o grau de satisfação em relação aos eventos realizados no município	Levantamento dos principais eventos; Avaliar o grau de satisfação do comércio local em relação aos eventos	Computador	Fevereiro/ Março
Elaboração de um inquérito de satisfação da população local	Recolher informações acerca da oferta turística que o concelho tem para oferecer	Levantamento dos recursos turísticos disponíveis no município; Avaliar o grau de satisfação da população acerca da oferta turística	Computador; Mini Guide de Caminha	Fevereiro/ Março
Elaboração de uma ficha de atividade dos eventos	Recolher informação sobre os eventos	Consulta do INE para levantamento de informação referente à realização de espetáculos; Levantamento do número de espetáculos realizados em anos anteriores	Computador	Fevereiro/ Março
Rota dos Miradouros	Realização de um roteiro turístico	Levantamento de todos os miradouros existentes no concelho; Saída de campo	Computador; ArcGis; Photoshop	Março/ Abril
Rota das Ecovias	Realização de um roteiro turístico	Levantamento de todas as ecovias existentes no concelho; Saída de campo	Computador; ArcGis; Photoshop	Abril/ Maio

Fonte: Própria

1.5. Estrutura do relatório

A estrutura do presente relatório de estágio apresenta-se em seis partes, que pretendem descrever os elementos fundamentais do estágio, articulando os conhecimentos desenvolvidos com as decisões tomadas em cada situação específica, proporcionando momentos de reflexão e partilha em torno da temática do turismo sustentável, procurando esclarecer aspetos que possam funcionar como facilitadores do desenvolvimento do processo.

A primeira parte, referente à introdução, assenta essencialmente na contextualização do estágio, nos seus objetivos e na estrutura do relatório.

A segunda parte contempla o enquadramento teórico, onde se examina a revisão bibliográfica sobre a temática do turismo, bem como sobre a atividade turística, e a sustentabilidade aplicada ao turismo.

A terceira parte, diz respeito à caracterização da entidade acolhedora e da região envolvente, visando a contextualização do estágio.

Na quarta parte, foi elaborada uma metodologia onde se relacionam as atividades desenvolvidas durante o decorrer do estágio e o seu contributo para a melhoria do desenvolvimento da potencialidade turística inexplorada no Município de Caminha.

Assim, na quinta parte, abordou-se detalhadamente a área específica de intervenção do Estágio que diz respeito às formas sustentadas de exploração dos recursos turísticos. Avaliou-se detalhadamente todos os recursos existentes para posteriormente obter formas e medidas sustentadas de gestão, procurando essencialmente, descrever o trabalho de autorreflexão, após concretização do estágio.

Por fim, na sexta parte, realizou-se uma reflexão crítica sobre as atividades desenvolvidas em estágio e propostas de melhoria, tendo presente que a avaliação nunca será um fim em si mesmo, mas o início da desejada mudança, seja a nível prático, atitude e abertura para um turismo melhor, mais sustentável e mais consciente.

Capítulo II. Enquadramento Teórico

2.1. Conceitos associados ao Turismo

2.1.1. Evolução Histórica do Turismo

A história do turismo remonta à Grécia Antiga e para o período da romanização. Assim, a história do turismo pode ser dividida em 4 partes: Idade Clássica, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea (Education Bureau, 2009 e Ferreira, 2011).

Já na antiga Grécia, as pessoas viajavam para visitar os Jogos Olímpicos, tanto espectadores como participantes, os quais exigiram acomodações e serviços de alimentação. Durante a Idade Clássica, o Império Romano desenvolveu as viagens especificamente para os militares, comerciantes e com fins políticos, bem como mensagens do governo para os seus territórios. Mas também os artesãos e arquitetos viajavam para construir palácios e túmulos. Também os romanos ricos viajavam para balneários na Grécia, para fins turísticos (Education Bureau, 2009).

Na Idade Média, as viagens cresceram por motivos religiosos, onde os peregrinos viajavam para conhecer a “Terra Santa”. No séc. XVI, o crescimento do comércio na Inglaterra levou ao nascimento de um novo tipo de turista, aquele que viaja para ampliar a sua fonte de conhecimento e experiência (Education Bureau, 2009).

Na Idade Moderna, a partir do séc. XVII, o *Grand Tour* tornou-se um fenómeno bastante importante para a evolução do turismo. Foi neste século, que os filhos dos aristocratas britânicos viajaram por toda a Europa com o objetivo de ampliar os seus conhecimentos, durante períodos de tempo não inferiores a um ano (Education Bureau, 2009 e Ferreira, 2011).

Na segunda metade do séc. XVIII, foi inventada a máquina a vapor que desencadeou a Revolução Industrial. Devido à industrialização, as cidades sofreram muitas mudanças ao nível paisagístico, o que levou as classes sociais mais abastadas a viajar para escapar ao ambiente poluído dos centros urbanos, levando assim ao surgimento do turismo de massas (Education Bureau, 2009 e Ferreira, 2011).

Nos séculos XIX e XX, com os grandes avanços tecnológicos, tornou-se possível a invenção de novos transportes (caminhos-de-ferro no século XIX e aeronaves de passageiros no séc. XX). Foi também durante o séc. XIX que começaram a surgir os primeiros serviços de hotelaria e restauração (Vieira, 2006) e na segunda metade deste século foram inventados os barcos a vapor e as viagens marítimas.

Em 1841, Thomas Cook, considerado o inventor do turismo organizado, estruturou a primeira viagem coletiva, contribuindo desta forma para que as viagens se tornassem acessíveis a segmentos menos abastados da população (Ferreira, 2011).

No início do século XX, assiste-se à reivindicação dos trabalhadores por mais tempo de lazer

e direito ao repouso semanal e também à popularização da expressão “turista”, que passou a ser utilizada para designar pessoas que viajam por lazer (Vieira, 2006).

Durante a Idade Moderna do turismo surgiram as primeiras organizações nacionais e internacionais de apoio e promoção do turismo.

Na Idade Contemporânea, a ocorrência de fenómenos como a I Guerra Mundial, a Grande Depressão e a Guerra Civil de Espanha, não impediram o desenvolvimento turístico. No entanto existiu uma paragem durante a II Guerra Mundial. Esta última foi um estímulo para a existência de melhorias nas comunicações, no transporte aéreo e para os automóveis, que se tornaram um meio de transporte mais comum (Ferreira, 2011).

Os anos 80 do século passado ficaram conhecidos como a década do *boom* turístico e pelo *baby boom*. Esta explosão populacional deveu-se à expansão rápida dos negócios e as viagens de lazer e a uma crescente taxa de natalidade devido ao fim da segunda guerra mundial. A queda do muro de Berlim também foi um fator importante para a expansão do turismo, dando azo a novos destinos turísticos como a Rússia e a República Checa (Education Bureau, 2009).

A partir de 1973 e até 1990 assistiu-se a uma redução no ritmo do crescimento turístico, devido a vários acontecimentos: o choque do petróleo em 1973; as rápidas variações das taxas de cambio e a descrença no sistema monetário mundial; o abrandamento do crescimento económico mundial, a diminuição da produção e o aumento do desemprego, bem como o enorme endividamento externo de vários países, com repercussões no sistema financeiro mundial (Cunha, 2006 in Ferreira, 2011).

Após 1990, o turismo continuou a crescer a um ritmo lento, assistindo-se a alterações nas viagens (origens e destinos). As viagens tornaram-se mais presentes na vida das pessoas até aos dias de hoje, intensificando a atividade turística em todo o mundo, ao mesmo tempo que se dá uma mudança de preferência do consumidor (Ferreira, 2011).

Atualmente, o crescimento do setor turístico é movido por vários fatores: a disponibilidade de tempo do turista, a facilidade de pagamento, o aumento do rendimento económico do turista, a segmentação do mercado turístico, as preferências e motivações do turista e pela fuga da rotina (Cunha & Abrantes, 2013).

2.1.2. Turismo

É do conhecimento de todos que o turismo é uma das atividades mais dinâmicas a nível mundial. Sendo uma das maiores indústrias do mundo, está associado a muitos setores. Assim, qualquer fenómeno que esteja intrinsecamente entrelaçado economicamente, sociocultural e

ambientalmente baseia-se em níveis primários, secundários e terciários e torna-se difícil a sua definição.

O turismo é estudado por muitas disciplinas: filosofia, antropologia, geografia, sociologia, entre outras e é nesta relação com outras disciplinas que a sua definição se complica. Portanto, existem muitas tentativas de definir o turismo de acordo com estas mesmas disciplinas (Fennell, 2005).

Fennell (2005) estudou diversos autores que defendiam diferentes formas de definir o turismo. Por exemplo, para Leiper (1981), torna-se necessário abordar a estrutura da indústria para se poder definir o turismo. Já para Mill & Morrison (1985), o turismo é um sistema de partes inter-relacionadas entre si. Finalmente, Smith (1990) reconheceu que se torna necessário aceitar a existência de diferentes definições de turismo, cada uma delas projetada para diferentes realidades. Assim, este autor defende o turismo como um sistema inter-relacionado entre turistas, fornecedores de serviços e infraestruturas (instalações, atrações, transportes e alojamento) para auxiliar no seu desenvolvimento.

Gunn (1988), *in* Costa (2011), sugere que o turismo deve ser analisado numa perspetiva funcional, através de uma abordagem sistemática e integradora. Assim, nesta linha de pensamento, o turismo deve ser observado pela ótica da oferta e pela ótica da procura. Alguns autores apontam para conceitos baseados na ótica da procura e outros na ótica da oferta, contudo, parece evidente que a grande maioria defende a ideia de algo complexo e inter-relacional (Cunha & Abrantes, 2013).

Para Cunha & Abrantes (2013), por um lado, o turismo pode ser encarado sob o ponto de vista conceptual e por outro ponto de vista técnico. Do ponto de vista conceptual, o autor considera que a definição mais esclarecedora é a apresentada em 1992 por Mathienson e Wall que entende o turismo como “o movimento temporário de pessoas para destinos fora dos seus locais de trabalho e de residência, as atividades desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades” (Mathienson e Wall *in* Cunha & Abrantes, 2013, p. 16)”. Do ponto de vista técnico, o autor utiliza a definição de turismo da Organização Mundial do Turismo (OMT): o conjunto das atividades desenvolvidas pessoas durante as viagens e estadias em locais situados fora do seu ambiente habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios e outros” (Cunha & Abrantes, 2013, p. 17).

Para este último autor, esta definição privilegia o lado da procura e não realça a oferta, ou seja, apenas inclui no turismo as atividades desenvolvidas pelos visitantes, esquecendo os bens e serviços criados para servir direta e indiretamente os visitantes e cuja existência permanece mesmo quando as deslocações e estadas não se efetuam.

Perante a insuficiência das definições apresentadas, a OMT (1991) adotou a seguinte

definição de turismo: “O turismo compreende as atividades desenvolvidas por pessoas ao longo de viagens e estadas em locais situados fora do seu enquadramento habitual por um período consecutivo que não ultrapasse um ano, para fins recreativos, de negócios e outros” (Vieira, 2006, p. 6). Mas esta definição também não satisfaz quem estuda esta matéria, pois volta a ignorar aspetos importantes do fenómeno turístico. Já em 1998, Andrade, defendido por Vieira (2006, p.7), propôs uma definição de turismo bastante ampla: “O turismo é o complexo de atividades e serviços relativos às deslocações, transportes, alojamentos, alimentação, circulação de produtos típicos, atividades relacionadas com os movimentos culturais, visitas, lazer e entretenimento, [bem como] o conjunto de serviços que tem por objetivo o planeamento, a promoção e a execução de viagens e os serviços de receção, hospedagem e atendimento aos indivíduos e aos grupos, fora das suas residências habituais” (Vieira, 2006, p. 7).

A versão mais atualizada do conceito de turismo é a de Cunha & Abrantes (2013, p.7), que definiram o turismo como «o conjunto de atividades desenvolvidas pelos visitantes em razão das suas deslocações, as atrações e os meios que as originam, as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades e os fenómenos resultantes de umas e de outras» (Cunha & Abrantes, 2013, p. 17).

Assim, o turismo pode ser pensado como um pacote de produtos e serviços combinados. Este não é uma indústria por si só, pois depende de várias indústrias inter-relacionadas entre si, que vendem produtos ao turista, bem como a outros clientes, como hotéis, operadores turísticos, agencias de viagens, companhias aéreas, entre outros (Ardahaey, 2011, p. 206).

Hoje em dia, o turismo é uma atividade económica que cria mudanças socioeconómicas em todo o mundo. O setor turístico é o único que fornece oportunidades comerciais concretas e quantificadas para todas as nações, independentemente do seu nível de desenvolvimento. No entanto é também um setor onde há claramente uma distribuição desigual dos benefícios que têm vindo a ameaçar a sustentabilidade económica, social e ambiental. Para muitos países em desenvolvimento, o turismo, é um pilar de desenvolvimento fundamental pois é a atividade dominante na economia, enquanto para outros países é a única fonte de rendimento. Portanto, os gestores devem ter sempre em conta os três conceitos da sustentabilidade: ambiente, economia e sociedade.

De um modo geral, o turismo é uma força motriz para poder fazer melhorias noutros setores, como o dos transportes, dos serviços financeiros, das telecomunicações, do retalho, da saúde, entre outros. No entanto, os impactos destas atividades estendem-se a várias áreas e a crescente mobilidade da população é uma das principais preocupações (Costa, 2011). Neste sentido é privilegiado o contacto controlado com a natureza de forma a ser obtido o crescimento

económico necessário ao desenvolvimento e à satisfação das necessidades das comunidades locais sem ser posto em causa o das gerações futuras. Para que este contacto seja planeado, gerido e controlado é necessário que as deslocações turísticas não tenham um carácter de sazonalidade, mas antes que se distribuam de forma equilibrada ao longo do ano, de forma que os impactos ambientais e culturais sejam minimizados e reduzidos (Brito, 2000).

2.1.3. Turista

Tal como o conceito de turismo, o conceito de turista também é um termo que se tornou necessário redefinir pois existe a necessidade de distinguir os vários grupos de viajantes tendo em conta que a sua definição é muito ampla, aplicada nas mais variadas circunstâncias e não permite isolar atividades concretas.

Segundo Cunha & Abrantes (2013), antigamente a palavra turista era utilizada para designar aqueles que viajavam por prazer, ou para aumentar os seus conhecimentos, excluindo todas as pessoas que se deslocavam por um motivo diferente.

Em 1937, a Sociedade das Nações descrevia um turista como sendo “toda a pessoa que viaja por uma duração de 24 horas, ou mais, para um país diferente do da sua residência” (Dinis, 2005, p. 12). No entanto, esta definição era muito escassa e não satisfazia plenamente os académicos.

Posteriormente, em 1954, a Organização das Nações Unidas, considerou que um turista era “em geral qualquer pessoa que permaneça num país estrangeiro mais de 24 horas e menos de 6 meses, sem distinção de raça ou religião” (*Idem*).

Assim, na Conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais (1963), passou-se a compreender dois grupos de visitantes: os turistas e os excursionistas. Os turistas são os visitantes que permanecem pelo menos 24 horas no local visitado e cujos motivos de viagem são variados (lazer, férias, saúde, desporto, negócios...). Os excursionistas são os visitantes temporários que permanecem menos de 24 horas no país visitado.

Após esta conferência, a classificação dos viajantes passou a ser a seguinte:



Fonte: Adaptado de (Cunha & Abrantes, 2013, p. 6)

Ilustração 1 - Classificação dos viajantes

Assim, para a Organização das Nações Unidas (1993) *in* Cunha & Abrantes (2013, p.7), passamos a ter 3 conceitos:

- a) Visitante – toda a pessoa que se desloca para um local fora do seu ambiente normal num período inferior a um ano e cujo motivo principal não seja exercer uma atividade remunerada nesse local e que originem atividades turísticas;
- b) Turista – todo o visitante que passa pelo menos uma noite num estabelecimento de alojamento;
- c) Visitante do dia – substitui o termo «excursionista» e é definido como todo o visitante que não pernoita no local visitado, inclui passageiros de cruzeiros e suas tripulações.

2.2. A importância da atividade turística e os seus impactes

O turismo compreende atividades que as pessoas realizam durante as suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu habitual. Sabendo que a oferta turística é constituída pelo conjunto de todos os bens e serviços adquiridos pelos visitantes, então todas as atividades produtoras desses bens e serviços fazem parte das atividades turísticas. Assim sendo e segundo Cunha & Abrantes (2013) a atividade turística, é toda a atividade que produz bens e serviços e que constituem a oferta turística. Em função da importância que algumas atividades têm para o turismo, podem escolher-se os seguintes grupos de atividades turísticas ou negócios do turismo:



Fonte: Adaptado de (Cunha & Abrantes, 2013, p. 172)

Ilustração 2 – Principais setores da atividade turística

As atrações são atividades empresariais onde se desenvolve um negócio com ou sem fins lucrativos, por exemplo parques temáticos, museus, casinos, etc. Os transportes são as empresas que se destinam a permitir a deslocação do viajante, seja aéreo, rodoviário ou marítimo. O terceiro ponto, engloba todos os meios que permitam a estada do viajante (hotelaria, aldeamentos, campismo...), incluindo a alimentação e bebidas, que constitui as empresas destinadas a proporcionar refeições e bebidas ao visitante, como por exemplo restaurante ou bares. Os negócios de recreio e desporto permitem a ocupação dos tempos livres do turista (golfe, discotecas, piscinas, espetáculos...).

As empresas mistas proporcionam ao turista serviços de natureza diversa, por exemplo os cruzeiros que prestam ao mesmo tempo alojamento, transporte, alimentação, entre outros.

As empresas de viagens são aquelas que asseguram a relação entre os prestadores de serviços e os consumidores (operadores turísticos, agências de viagens, entre outros.). A administração e informação, são as atividades constituídas sem fins lucrativos que apoiam os visitantes, por exemplo associações, órgãos locais e regionais de turismo ou organismos oficiais de turismo.

A indústria do turismo é um fator que pode mudar o sistema social, político e cultural bem como a economia e o ambiente de uma região. As atividades turísticas criam contacto direto entre as comunidades locais e os turistas, e este contacto entre pessoas com diferentes atitudes, crenças e valores culturais gera mudanças a nível económico, social e ambiental. Para tirar maior proveito

destes efeitos é necessário minimizar os impactos ambientais, para que o ambiente seja conservado de modo a ser uma mais-valia para o destino turístico.

Logo, o turismo serve como instrumentos para eliminar a pobreza, acabar com o desemprego, promover o diálogo entre civilizações e fornecer diferentes canais onde diferentes fluxos culturais se encontram. A indústria do turismo pode causar grandes impactos como um consumo excessivo dos recursos locais, aumento do preço dos bens, aumento das despesas dos serviços (eletricidade e água) e pode impedir que outras atividades se possam expandir (Gartner, 1996 *in* Ahmed, 2015).

Assim, torna-se necessário salientar que a atividade turística pode acarretar impactos negativos no ambiente. De acordo com a Lei de Bases do Ambiente (DL 19/2014, Lei de Bases do Ambiente, 2014)¹, o ambiente “é o conjunto de sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos fatores económicos, sociais e culturais com efeito direto ou indireto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e qualidade de vida do homem”.

A interação entre o meio ambiente e o destino turístico é bastante importante pois ajuda a minimizar os impactos ambientais, pois a intervenção humana pode afetar o ambiente irreversivelmente. Assim, o impacte ambiental é “o conjunto das alterações favoráveis ou desfavoráveis produzidas no ambiente, sobre determinados fatores, num determinado período de tempo e numa determinada área (...)”, (DL nº151-B/2013, Avaliação do Impacte ambiental, 2013)².

Hoje em dia, muitos destinos turísticos preocupam-se com a preservação do ambiente e com a minimização dos impactes ambientais. O desenvolvimento do turismo passa pelo equilíbrio entre o desenvolvimento, manutenção e preservação do ambiente, tentando diminuir ao máximo os possíveis efeitos negativos no ambiente.

Os impactos turísticos constituem um aviso contra as tomadas de decisão inadequadas no processo de desenvolvimento. Estes impactos tornam-se significantes quando as atividades estão concentradas no tempo e no espaço. Apontar estes impactos permite aos gestores examinar as soluções disponíveis num esforço para tomar melhores decisões futuras e auxiliar na utilização dos impactos positivos, evitando os negativos e aproximando-se a uma solução melhor para o crescimento sustentável.

O turismo tem diferentes efeitos, positivos ou negativos, nos aspetos culturais, sociais e ambientais de uma região. A interação entre os turistas e a comunidade local pode ser um dos fatores que pode afetar a comunidade pois os turistas podem não ser sensíveis aos costumes, tradições e padrões da comunidade (Zaei & Zaei, 2013 e Ahmed, 2015).

¹ DL nº 19/2014, artigo 5º, nº2, alº a), Lei de Bases do Ambiente

² DL nº 151-B/2013, artigo. 2º, al. k), Avaliação do Impacte Ambiental

A nível cultural e social, pode alterar os valores das pessoas envolvidas. Quando o turismo atinge o seu objetivo principal, ajuda a desenvolver o sentido da comunidade. As pessoas partilham a sua cultura, festivais e as suas próprias experiências, através disto aprendem a respeitar as opiniões e estilos de vida dos outros. No entanto, quando o turismo não atinge tais ideais pode levar a resultados negativos como desordem social, crime, degradação, perda de valores culturais e sentido de inferioridade ou de superioridade.

Outro problema é quando a capacidade de carga de um local é excedida. Definida como “o número máximo de pessoas que pode visitar, em simultâneo, determinado destino turístico sem destruir as condições físicas, ecológicas, económicas e socioculturais e sem causar redução inaceitável da satisfação dos visitantes” (OMT, 1981 *in* Zacarias, 2013, p.207), a determinação da capacidade de carga para um determinado local permite compreender quanto esforço pode ser exercido sobre esse local sem causar impactos negativos significativos, tanto para o local como para a qualidade da visitação. Assim, quando excedida a capacidade de carga, exerce pressão na comunidade modificando o seu comportamento para que consigam adaptar-se ao meio. Este problema, muitas vezes pode iniciar impactos sociais e culturais negativos, adicionando degradação ecológica e pressão psicológica aos problemas já existentes.

A cultura das regiões tem sido cada vez mais alterada pois estas adotam características de outras culturas. Assim, torna-se necessário entender e planear para evitar ou melhorar os impactos culturais negativos.

O maior benefício do turismo para uma região é a melhoria da economia, pois providência a criação de oportunidades de trabalho e criação de receitas a nível internacional, nacional, regional e local. Beneficiando-se das economias, o turismo, ajuda a estimular novos empreendimentos de negócios e ao mesmo tempo promove uma imagem mais positiva da região negativo (Zaei & Zaei, 2013 e Ahmed, 2015).

A nível ambiental, um ambiente limpo atrai turistas, seja natural ou construído. O termo ambiente refere-se a uma configuração física, na qual o turismo se realiza e que fornece o estímulo necessário para a viagem. O turismo pode afetar positiva e/ou negativamente o ambiente, por exemplo: aumento do investimento na região; conservação dos recursos e aumento da renda mensal e conservação das instalações (Zaei & Zaei, 2013).

Muitas atividades turísticas ocorrem em ecossistemas frágeis, por isso a população local e os turistas, bem como os governos e as autoridades competentes, devem ter consciência dos impactos negativos do turismo e tomar medidas adequadas para minimizar este problema (GhulamRabbany, et al. 2013).

2.3. Tendências do Turismo em Portugal

2.3.1. Turismo Internacional

Segundo a OMT (2015), existem cada vez mais destinos turísticos a abrir as suas portas ao turismo, fazendo dele um fator-chave para a economia do país, criando emprego e empresas, desenvolvendo infraestruturas e progredindo socioeconomicamente.

Durante as seis últimas décadas, o turismo expandiu-se e diversificou-se de tal forma que começou a ser considerado como um dos maiores setores económicos mundiais.

As chegadas de turistas internacionais registaram um enorme crescimento desde 25 milhões em 1950 até 278 milhões em 1980, 527 milhões em 1995 e 1133 milhões de turistas em 2014. Segundo as previsões da OMT em 2015, as chegadas de turistas internacionais crescerão anualmente 3.3% entre 2010 e 2030, onde alcançará o valor de 1,800 milhões de turistas em 2030 (OMT, 2015).

O mercado das economias emergentes aumentou 30% em 1980 para 45% em 2014 e prevê-se que alcance os 57% em 2030 (OMT, 2015).

Como se pode ver pela tabela abaixo, a Europa, que representa grande parte do mundo, registou um aumento de quase 3% nas chegadas mundiais de turistas e um total de quase 582 milhões de chegadas.

Tabela 3 - Chegadas Internacionais de Turismo

Anos	Chegadas Internacionais de Turistas (milhões)							Quota de mercado (%)	Variação			Crescimento Anual Médio (%)
	1990	1995	2000	2005	2010	2013	2014		2014	12/11	13/12	
Mundo												
Europa	261.5	304.7	386.4	453.0	488.9	566.4	581.8	51.4	3.9	4.9	2.7	2.8
Asia e Pacífico	55.8	82.1	110.3	154.0	205.4	249.8	263.3	23.2	23.3	6.9	6.8	6.1
Américas	92.8	109.1	128.2	133.3	150.1	167.5	182.0	16.0	4.5	3.1	8.0	3.5
Africa	14.7	18.7	26.2	34.8	49.5	54.4	55.7	4.9	4.8	4.7	2.4	5.4
Médio Oriente	9.6	12.7	22.4	33.7	54.7	48.4	51.0	4.5	-5.3	-3.1	5.4	4.7

Fonte: (OMT, 2015)

As Américas foram as regiões com o crescimento mais rápido, com um aumento de 8% onde alcançou 181 milhões de chegadas internacionais. A Ásia e o Pacífico registaram um crescimento de quase 5% nas chegadas internacionais e as chegadas alcançaram os 263 milhões de turistas. A região do Médio Oriente, conseguiu retomar o seu crescimento (5.4), após anos de caída. A região atraiu mais três milhões de turistas que em 2013, elevando a cifra para 51 milhões. Por último, a África teve um aumento em 2%, alcançando um total de quase 56 milhões de turistas.

Em relação às receitas internacionais de turismo, o seu crescimento corresponde ao crescimento das chegadas.

Segundo a OMT (2015) o crescimento das receitas internacionais cresceu um 4% em 2012. Este resultado é similar ao crescimento das chegadas internacionais que também aumentaram um 4%.

Como se pode ver pela tabela abaixo, a Ásia e Pacífico, África e as Américas tiveram um crescimento de quase 6%, enquanto a Europa apenas registou um crescimento de 2%. As receitas do Médio Oriente continuaram a descer (-2%) devido a problemas políticos.

A Europa continua a ter uma quota de mercado mais elevada (quase 43%). A região da Ásia e do Pacífico teve 30% das chegadas internacionais de turistas e as Américas 20%. O Médio Oriente conseguiu apenas 4.4% de quota de mercado e a África apenas 3%.

Tabela 4 - Receitas internacionais de turismo

	Receitas Internacionais de Turismo (%)				Quota de mercado (%)	Receitas (€)		
						Miles de milhões	Por chegada	
Anos	11/10	12/11	13/12	14/13	2014	2013	2014	2014
Mundo								
Europa	5.0	1.9	4.2	3.6	40.9	370.2	383.1	660
Asia e Pacífico	8.6	6.7	8.6	4.1	30.3	271.6	283.6	1.080
Américas	4.6	4.7	4.7	3.1	22.0	198.9	206.2	1.140
Africa	2.3	6.0	2.6	2.9	2.9	26.7	27.4	490
Médio Oriente	-15.4	0.9	-6.9	5.7	4.0	34.1	37.1	730

Fonte: (OMT, 2015)

Como se pode ver na tabela seguinte, em 2014, a Europa continuou a crescer apesar dos desafios económicos. Representa 51% das chegadas internacionais, que corresponde a quase 582

milhões e 41% das receitas que corresponde a quase 509 milhões de receitas internacionais.

Já a Ásia e o Pacífico, receberam 263 milhões de turistas, com um aumento de 5%. Em relação às receitas, estas aumentaram quase 377 milhões.

As Américas, em 2014, registaram o maior crescimento de todas as regiões, com quase 181 milhões de chegadas e as receitas alcançaram os 274 milhões de dólares.

A África registou um aumento nas chegadas internacionais em cerca de 3%, em 2014. As receitas internacionais de turistas aumentaram quase até aos 37 milhões de dólares.

Por último, no Médio Oriente, apesar dos tempos difíceis que esta região passou, está a dar sinais de recuperação. As chegadas internacionais de turistas estimaram-se em quase 52 milhões, um aumento de 5%. Em relação às receitas, esta região aponta para os 49 milhões de dólares.

Tabela 5 - Resultados regionais de chegadas e receitas internacionais de turismo

	Receitas Internacionais de Turismo (%)					Receitas (EE. UU.)		
	1000			Variação (%)		Milhões		
Anos	2012	2013	2014	13/12	14/13	2012	2013	2014
Mundo								
Europa	540.229	566.445	581.769	4.9	2.7	454.658	491.718	508.897
Asia e Pacífico	233.774	249.780	263.305	6.8	5.4	329.293	360.725	376.815
Américas	162.528	167.520	180.965	3.1	8.0	249.358	264.165	273.996
África	51.909	54.370	55.683	4.7	2.4	34.753	35.493	36.432
Médio Oriente	49.991	48.442	51.041	-3.1	5.4	47.752	45.238	49.303

Fonte: (OMT, 2015)

Apesar dos desafios globais enfrentados em 2014, conflitos geopolíticos, Ébola na África Ocidental e a lenta recuperação da economia global, o turismo internacional cresceu um 4.4% com mais 48 milhões de turistas que em 2013, excedendo assim as previsões da OMT em 2013.

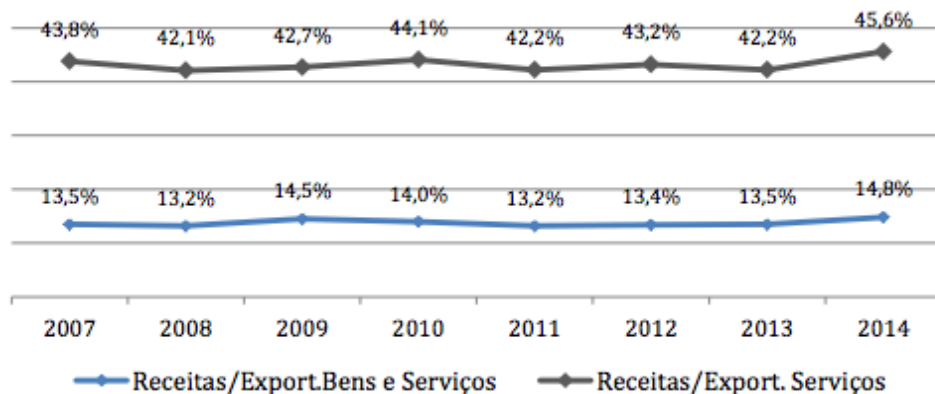
2.3.2. Turismo Nacional

Portugal, pode ser considerado como um dos principais destinos mundiais, dado que ao longo dos anos tem vindo a afirmar-se como sendo um destino de excelência, na perspetiva do turismo internacional (Ferreira, 2011).

Portugal, enquanto destino turístico, posiciona-se no 15º lugar no ranking de 141 países e

em 4.º lugar no índice de competitividade em viagens e turismo. No sub-índice ambiente empresarial, Portugal posiciona-se em 1.º lugar face aos seus principais concorrentes (Turismo de Portugal, 2015).

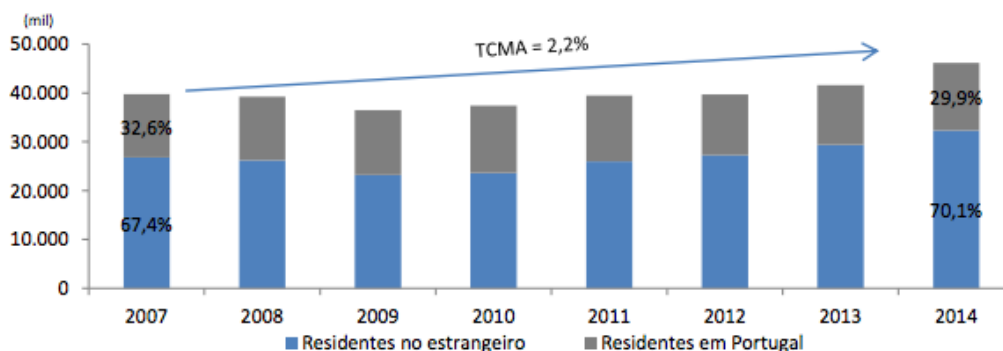
Em 2014, as receitas turísticas representaram 14,8% do total de exportações de bens e serviços e 45,6% das exportações de serviços de Portugal.



Fonte: (Turismo de Portugal, 2015)

Gráfico 2 - Peso das receitas turísticas internacionais nas exportações (%), 2007-2014)

No que toca à evolução da procura turística, Portugal é um país caracteristicamente recetor. Em 2014, o país registou 46,1 milhões de dormidas (70% corresponderam a residentes no estrangeiro). Entre 2007 e 2014 as dormidas aumentaram 16,1% e, apesar do decréscimo verificado em 2008 e 2009, por causa da crise financeira e económica, assistiu-se a uma taxa de crescimento médio anual de 2,2 % desde 2007.



Fonte: (Turismo de Portugal, 2015)

Gráfico 3 - Dormidas nos estabelecimentos hoteleiros, aldeamentos e apartamentos turísticos, por residentes no estrangeiro e no país (milhares 2007-2014)

2.4. Sustentabilidade Ambiental

2.4.1. Desenvolvimento Sustentável

O conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável surgiu com o objetivo de reduzir os efeitos colaterais das atividades turísticas. Assim, o desenvolvimento sustentável é a relação que existe entre o homem e o ambiente e esta relação tem vindo a ser abundantemente discutida pelos autores em todo o mundo, criando várias linhas de pensamento diferentes.

Com o aumento da atividade turística a uma velocidade alucinante, nasce a preocupação com novas dimensões como a sustentabilidade e a competitividade entre destinos (Crouch, 2003 *in* Ferreira, 2011), esta tem vindo a alcançar uma importância de relevo a nível mundial pela maior parte das sociedades do Mundo. Nas duas últimas décadas, os modelos de desenvolvimento utilizados colocam em causa, muitas vezes, o equilíbrio social, a estrutura das atividades económicas e o equilíbrio ambiental.

Durante grande parte dos séculos XIX e XX, o fator económico foi o enfoque de todas as estratégias empresariais e políticas na crença de que traria, por si só, uma melhoria generalizada das condições de vida da sociedade e um mundo mais justo, saudável e equilibrado (Ferreira, 2011).

No entanto, a gradual consciencialização das comunidades sobre os impactos negativos deste modelo de desenvolvimento económico, deu lugar à procura de um modelo alternativo, que por sua vez considerasse outros fatores mais alargados, como as questões do bem-estar e qualidade de vida das populações, a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente e o necessário desenvolvimento económico (Ferreira, 2011).

O turismo está entre as atividades económicas que mais depende da prática da sustentabilidade. Assim, este termo foi primeiramente discutido e definido em 1987, no Relatório de Brundtland, que estipula que o desenvolvimento sustentável é o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades” (Brundtland Report, 1987, p. 45).

Mais tarde, o mesmo conceito foi reforçado, em 1992, na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento. Esta contribuiu para a consciencialização de que os impactos negativos sobre o ambiente são da responsabilidade dos países desenvolvidos e devem ser encontrados instrumentos que compatibilizassem o desenvolvimento socioeconómico com a conservação e proteção dos ecossistemas. Nesta conferência surgiu também a Agenda 21, um instrumento de planeamento que visa ao desenvolvimento sustentável. Criado pela ONU este instrumento seria implementado a escala global, nacional e local por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e sociedade para uma construção sustentável do meio ambiente.

Segundo Lee (2012) o desenvolvimento sustentável tem sido bastante discutido nos últimos anos, pois vai de encontro com as necessidades dos turistas, fornece oportunidades para melhorar o crescimento económico, protege localizações físicas, e melhora a qualidade de vida dos residentes para o futuro através da coexistência do desenvolvimento do turismo e qualidade ambiental. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável do turismo vai de encontro às necessidades presentes dos turistas e regiões de acolhimento, protegendo e aumentando as oportunidades para o futuro.

Para Rukuiziene (2014), o conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado com questões específicas de identificação de ferramentas estratégicas para o desenvolvimento do turismo sobre o desenvolvimento regional sustentável. O desenvolvimento sustentável do turismo significa o uso ideal dos recursos sociais, naturais, culturais e financeiros para o desenvolvimento nacional, numa base justa e sustentável para fornecer uma experiência única ao visitante e melhorar a qualidade de vida através de parcerias entre os governos locais, sector privado e comunidades.

Implementar modelos de desenvolvimento sustentável acarreta bastantes custos para o país, o que por vezes se torna problemático para os países em desenvolvimento que não têm recursos necessários para fazer estas mudanças. Assim, os países desenvolvidos devem ajudar estes países a atingir os seus objetivos de maneira a que se tornem sustentáveis (Dinis, 2005).

2.4.2. Os três pilares da sustentabilidade

O turismo sustentável requer o crescimento sustentável da contribuição do turismo para a sociedade e a economia e a utilização sustentável dos recursos e meio ambiente. Nenhuma pode ser alcançada sem uma compreensão sólida e uma boa gestão da procura turística (Liu, 2003).

De acordo com a literatura, a sustentabilidade tem três dimensões: ambiental, económica e social.

A Sustentabilidade Ambiental deve garantir que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos recursos naturais. Implica a conservação e gestão dos recursos.

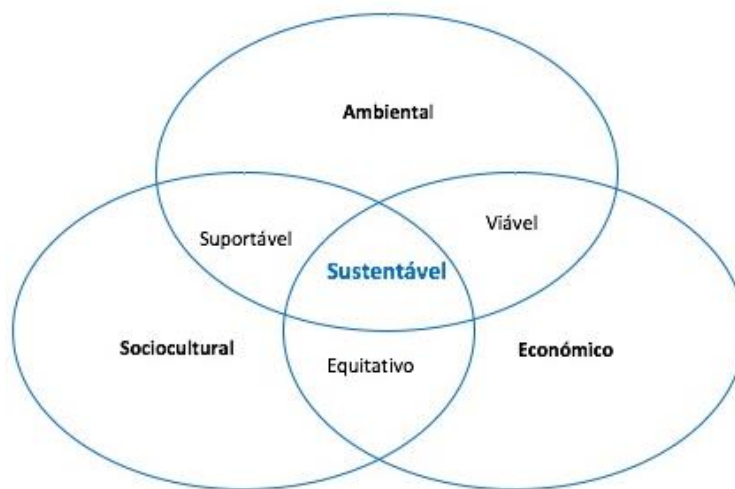
A Sustentabilidade Económica deve garantir que o desenvolvimento seja economicamente eficiente, beneficie todos os agentes de uma região afetada e os recursos sejam geridos de maneira que se conservem para as gerações futuras. Ou seja, a atividade turística é importante para a dinamização económica dos locais, das regiões e dos países, sendo o turismo essencial para a criação de emprego e para a riqueza do país, levando a um aumento de receitas, que poderão ser

distribuídas de forma equilibrada pela comunidade local. Implica uma melhor utilização dos recursos e uma gestão mais eficiente.

A Sustentabilidade Sociocultural deve garantir que o desenvolvimento sustentável aumente o controlo dos indivíduos sobre as suas vidas, seja compatível com a cultura e os valores das pessoas e mantenha e reforce a identidade das comunidades. Deve dedicar-se principalmente às comunidades locais e só poderá ser alcançada se for valorizado o património cultural e histórico e se forem preservados os costumes locais. Implica o respeito pelos direitos humanos e a igualdade de oportunidades para todos os membros da sociedade.

O desenvolvimento do turismo é sustentável apenas se for planeado estrategicamente para alcançar os objetivos a longo prazo. Para que tal aconteça a comunidade local tem um papel muito importante, fornecer capital social sustentável e participar no processo de desenvolvimento a longo prazo (Garau, 2015).

Para que exista um desenvolvimento sustentável do turismo é necessário que este se equilibre nos três pilares da sustentabilidade, ou seja, deve existir um equilíbrio entre a sustentabilidade económica, ambiental e sociocultural.



Fonte: Adaptado de (Oliveira, 2013)

Ilustração 3 - Os três pilares da Sustentabilidade

A Organização Mundial do Turismo defende ainda cinco pilares que conduzem a um desenvolvimento sustentável e que estão diretamente relacionados com os princípios de desenvolvimento sustentável, United Nations World Tourism Organization (UNWTO) & United Nations Environment Programme (UNEP), (2013):

1. Planeamento estratégico turístico holístico;
2. Desempenho económico, investimentos e competitividade;

3. Emprego, trabalho e capital humano;
4. Redução da pobreza e inclusão social;
5. Sustentabilidade do ambiente natural e cultural.

Segundo (Oliveira, 2013), no desenvolvimento sustentável devem existir estratégias políticas e princípios de boas práticas, de forma a garantir que os objetivos do turismo sustentável sejam alcançados.

2.4.3. Turismo Sustentável

O conceito de turismo sustentável surgiu com a crescente preocupação com a conservação e gestão sustentável dos recursos que advém em parte por causa da existência do “novo turista”, que seleciona o seu destino de férias com base em características ambientais e sociais. O turismo sustentável é uma forma mais eficaz de evitar a ocorrência de danos irreversíveis nos meios turísticos, de minimizar os custos sociais, económicos e ambientais e de otimizar os benefícios do desenvolvimento turístico.

Este conceito surgiu na década de 80 com os primeiros convites à responsabilidade feitos através dos fornecedores de serviços de turismo para que os governos pudessem fazer um planeamento responsável do turismo (Hunter, 1997; Liu, 2003; Buckley, 2012; Jamal, et al. 2013; Aall, 2014; Torres-Delgado, et al., 2014). Assim, começaram a surgir várias formas de turismo mais sustentável, em consequência da crescente consciencialização das consequências nefastas do turismo de massas dos anos 60 e 70. Estes dois tipos de turismo foram rotulados como sendo opostos um do outro, sendo o primeiro fortemente defendido por Krippendorf, que previu uma nova forma alternativa de turismo, com maior consciência das condições ambientais, usufruindo da componente cultural específica de cada local e, ainda, reduzindo a necessidade de consumo (Jamal et al., 2013; Aall, 2014; Morais, 2014). Na década de 60, os autores procuravam entender os termos: economia, turismo e gestão ambiental, já na década de 70, o conceito começou a ser mais explorado. Os autores procuravam criticar e reconceitualizar estes termos.

Assim, nos anos 90, foi formada a primeira definição de turismo sustentável: “todas as formas de turismo que respeitem o ambiente natural, construído e cultural e que respeite também os interesses de todas as partes interessadas” (Jamal, et al., 2013, p. 4596). Foi também nesta década que começaram a surgir as primeiras críticas ao turismo responsável, tentando perceber se este tipo de turismo prejudica a região de destino em termos sustentáveis ou se, pelo contrário, constitui uma solução efetiva para combater o turismo de massas. Para isso foram formados

princípios para a sustentabilidade através da Agenda 21 (Jamal, et al 2013; Aall, 2014; Torres-Delgado et al., 2014; Schmutz & Elliott, 2016).

Já na década de 2000, houve um progresso na revisão da definição do turismo sustentável por oposição aos aspetos práticos da sustentabilidade na indústria do turismo comercial (Hunter, 1997; Liu, 2003; Buckley, 2012; Jamal, et al.2013; Aall, 2014; Torres-Delgado, et al., 2014). O objetivo foi a definição de questões-chave de acordo com os fundamentos da sustentabilidade (Buckley, 2012). Assim, a partir do ano 2000, foram realizadas conferências sobre como fazer um turismo responsável nos destinos e foram também desenvolvidos manuais, normas e códigos de conduta para um turismo responsável (*idem*).

Hoje em dia, a indústria do turismo desenvolve-se através do uso de algumas ferramentas sustentáveis (Rukuiziene, 2014).

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável que foi adotado pela UNWTO e que é defendido por vários autores (Jamal, et al 2013; Aall, 2014; Choudhary, 2014; Morais 2014; Zolfani et al., 2015; Schmutz & Elliott, 2016), é o seguinte:

“Turismo que tem em conta o presente e futuro da economia, sociedade e impactos do ambiente, abordando as necessidades dos visitantes, indústria, ambiente e comunidade que acolhe os turistas”.

(UNEP & UNWTO, 2005, p. 12)

Por outras palavras, o turismo sustentável, é o resultado da troca de bens, serviços, conhecimentos e experiências, onde todos os atores têm direitos e deveres e onde têm sempre uma função a desempenhar. Este consegue manter as infraestruturas sem que estas danifiquem o ambiente, atendendo às necessidades dos turistas e dos locais, considerando a economia, sociedade e ambiente sem desprezar a cultura regional, a diversidade biológica e os sistemas ecológicos.

Esta definição implica conexões entre o desenvolvimento económico, a proteção ambiental e a igualdade social e cada elemento reforça o outro. Torna-se então fundamental integrar práticas sustentáveis no setor turístico, para que este contribua para o desenvolvimento económico mundial.

Para que isso aconteça, é fundamental a participação ativa da população, em prol dos fatores de sucesso do turismo sustentável levando a população local a comprometer-se num esforço global. A sociedade precisa estar consciente, para beneficiar dos efeitos positivos e das mais-valias que estes se reverterão para a população local e para o território em geral (Ferreira,

2011).

2.4.4. Princípios do turismo sustentável

O desenvolvimento sustentável requer que se salvguarde a capacidade do planeta de manter a vida em toda a sua diversidade. Encara as preocupações da proteção do ambiente, da equidade social e da qualidade de vida, de diversidade cultural e de uma economia dinâmica e viável, com capacidade de gerar emprego e prosperidade para todos (Turismo de Portugal, 2007).

A relação existente entre o turismo e o ambiente e a sociedade depende de ambientes de qualidade, do traço distintivo cultural e da interação social, da segurança e do bem-estar. Por um lado, se for deficientemente planeado ou desenvolvido em excesso, o turismo pode ser um agente de destruição das qualidades do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, pode ser o agente principal para a sua conservação e promoção, através da sensibilização e aumento de receitas (Turismo de Portugal, 2007).

O turismo pode constituir uma ferramenta para auxiliar a regeneração e o desenvolvimento económicos, e também para aumentar a qualidade de vida dos visitantes e das comunidades de acolhimento. Ao tornar o turismo mais sustentável contribui-se de forma significativa para a sustentabilidade da sociedade. Criar o equilíbrio certo entre o bem-estar dos turistas, das comunidades hospedeiras e o ambiente, reduzir os conflitos e reconhecer a dependência mútua, requer uma abordagem especial da gestão dos destinos turísticos (Turismo de Portugal, 2007).

Um dos requerimentos fundamentais para o setor turístico é que este deve incluir os princípios da sustentabilidade turística e concentrar-se na realização dos objetivos de desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta a definição anteriormente mencionada, a OMT e a UNEP identificaram 12 metas para o turismo sustentável (UNEP & UNWTO, 2005, p. 18 e 19):

1. Viabilidade económica: assegurar a viabilidade e competitividade dos destinos e empresas turísticas, para que consigam prosperar e usufruir de benefícios a longo prazo;
2. Prosperidade local: maximizar a contribuição do turismo para a prosperidade do destino hospedeiro, incluindo a percentagem de despesas do visitante que é retida localmente;
3. Qualidade de emprego: reforçar o número e a qualidade de postos de trabalho locais criados e apoiados pelo turismo, incluindo níveis salariais, condições de trabalho e disponibilidade de acesso a todos sem discriminação por sexo, raça, incapacidade, ou de qualquer outro motivo;

4. Igualdade social: procurar uma distribuição alargada dos benefícios económicos e sociais do turismo em toda a comunidade de destino, incluindo a melhoria de oportunidades, rendimentos e serviços à disposição para os mais carenciados;
5. Satisfação do visitante: proporcionar uma experiência segura, satisfatória e gratificante ao visitante, acessível a todos sem discriminação de sexo, raça, incapacidade ou de qualquer outro motivo;
6. Controlo local: envolver e dar poder às comunidades locais no planeamento e tomadas de decisão sobre a gestão e desenvolvimento do futuro do turismo, consultando os *stakeholders*;
7. Bem-estar da comunidade: manter e reforçar a qualidade de vida nas comunidades locais, incluindo as estruturas sociais e o acesso aos recursos, equipamentos públicos e sistemas de apoio à vida, evitando qualquer forma de degradação ou exploração social;
8. Riqueza cultural: respeitar e reforçar o património histórico, autenticidade cultural, tradições e traços distintivos das comunidades de acolhimento;
9. Integridade física: manter e valorizar a qualidade das paisagens, sejam urbanas ou rurais, e evitar a degradação física e visual do ambiente;
10. Diversidade biológica: apoiar a conservação das áreas naturais, habitats e vida selvagem, e minimizar os danos a eles causados;
11. Eficiência dos recursos: minimizar a utilização de recursos escassos e não renováveis no desenvolvimento e operação das instalações e serviços turísticos;
12. Pureza ambiental: minimizar a poluição do ar, água e dos solos e a produção de resíduos por parte das empresas de turismo e visitantes.

Uma das principais características do setor turístico é a capacidade de vincular os aspetos económicos, sociais, culturais e ambientais da sustentabilidade e agir como uma força motriz para a sua valorização mútua. Isto ocorre, pois o turismo é uma atividade que depende da presença de ambientes intactos, culturas ricas e comunidades de acolhimento afáveis (UNWTO & UNEP, 2013).

2.4.5. Medidas de gestão sustentáveis

O desenvolvimento sustentável implica medidas de gestão que do ponto de vista da sustentabilidade visem permitir uma administração integrada dos recursos.

Apesar da dimensão global do turismo, este fenómeno desenvolve-se também à escala local com implicações diretas e indiretas sobre os territórios e a vida das pessoas. O crescimento

acentuado do número de turistas, a pressão urbanística do lazer e do turismo, o consumo desenfreado de recursos, a capacidade de induzir o desenvolvimento de outros sectores relevantes, entre outros fatores, conduziu à consciencialização e à necessidade de repensar a atividade turística. O turismo quando não planeado pode acarretar desequilíbrios muito fortes nos lugares de destino, correndo o risco de tornar-se vítima do seu próprio êxito se não se orientar e desenvolver na ótica da sustentabilidade, de modo que o seu crescimento descontrolado pode colocar em risco a biodiversidade, os recursos naturais, o património cultural, e o bem-estar e qualidade de vida da população local (Correia & Carvalho, 2011).

Para ser sustentável, o desenvolvimento deve ser contínuo ao longo do tempo, gerando aumento do produto, melhoria dos indicadores sociais e preservação ambiental. Este processo contínuo requer uma monitorização constante dos impactos, introduzindo as necessárias medidas preventivas ou corretivas sempre que preciso. Planear, desenvolver e operar são fases de um processo contínuo de melhoria. Por isso, muitas vezes se diz que o turismo nunca será totalmente sustentável (Sousa R. , 2006).

Segundo Torres-Delgado & Saarinen (2014), o conceito de turismo sustentável não tem sentido sem ferramentas de monitorização. As metodologias para identificar e quantificar o impacto das práticas turísticas organizam arquivos estatísticos que fornecem dados numéricos. Que por sua vez servem para fornecer informações essenciais sobre o desenvolvimento de uma atividade para poder geri-la e orientá-la de acordo com a sustentabilidade. Desta forma, esta ferramenta informa-nos sobre os impactos da atividade turística e determina se estes são aceitáveis ou não. Assim, o desenvolvimento de indicadores é fundamental para as pesquisas e práticas do desenvolvimento sustentável do turismo.

O desenho dos indicadores de turismo sustentável tornou-se numa estratégia de trabalho para muitas instituições, pois tendo em conta que estes são uma ferramenta essencial para a sustentabilidade, ajudam a uma monitorização sectorial do desenvolvimento, a fim de facilitar a avaliação das práticas e políticas do turismo, medem o desempenho sectorial e desenvolvem estratégias adequadas para um futuro melhor e comunicam o conhecimento através da criação de dados objetivos e quantitativos que fornecem uma compreensão mais completa dos fenómenos turísticos no seu contexto espacial.

Segundo a WTO (1995), os indicadores de sustentabilidade são ferramentas quantitativas que facilitam a análise e a avaliação da informação para que os gestores das áreas protegidas possam tomar decisões. Estes indicadores ajudam a avaliar a sustentabilidade do destino identificando os fatores chave da mudança, a sua evolução e potenciais ameaças.

Os indicadores devem ser capazes de fornecer informação e, ao mesmo tempo, devem ser capazes de ser metodológicos e cientificamente válidos. Apesar de serem complexos e da necessidade de rigor e transparência na sua construção, os indicadores devem ser o mais simples possível para que sejam entendidos por todos, leigos e especialistas.

Para Medeiros & Moraes (2013), a sustentabilidade turística passa pelos três níveis de análise – económico, ambiental e sociocultural, garantindo assim, o desenvolvimento ambiental; atribuindo autonomia às comunidades locais, preservando a cultura e os valores de origem e reforçando a identidade dos mesmos; e salvaguardando o desenvolvimento económico através da gestão dos recursos disponíveis que garantam as gerações futuras.

Torna-se assim necessário que as deslocações dos turistas não tenham um carácter de sazonalidade, e que se distribuam uniformemente ao longo do ano para que os impactes ambientais e culturais sejam minimizados e reduzidos.

Para Zolfani et al., (2015), o planeamento turístico inclui planos físicos, económicos e socioculturais. Este planeamento deve ser coordenado e abrangente e deve ser visto como a chave para o turismo sustentável. Para ter sucesso necessita de ser cuidadosamente planeado. A criação de modelos é capaz de proporcionar um turismo sustentável, no entanto também incorpora medidas interligadas através da análise de lacunas.

A estratégia de desenvolvimento turístico ideal, UNESCO (1997)in Brito (2000), deve combinar a satisfação das populações locais, o sucesso da experiência turística e as condições em que se encontram o património cultural e ambiental. Por um lado, o visitante deve procurar uma maior qualidade e autenticidade possível, que a cultura permaneça viva e que os recursos naturais sejam preservados. Por outro lado, a população local, deve poder retirar vantagens económicas bem como a satisfação da atividade turística.

Para o desenvolvimento de um turismo sustentável, deve existir um planeamento responsável da atividade turística para encontrar um equilíbrio entre os interesses económicos que o turismo estimula e as ações que devem ser propostas para que o meio ambiente deva ser preservado.

Os autores Moscardo & Murphy (2014) no seu artigo defendem que tendo por base a qualidade de vida para conceituar a relação entre o turismo e sustentabilidade, se consegue planear uma estrutura para os destinos que visa solucionar os problemas identificados. Assim, após fazer o planeamento, deve ser elaborado e implementado um plano de gestão tendo em conta os impactos que queremos minimizar. A monitorização e a execução são os passos seguintes, a monitorização pode ser feita através da capacidade de carga do local e através de outros métodos.

Assim, a ilustração seguinte fornece um esquema básico de uma estrutura alternativa para o planeamento do destino turístico baseado na abordagem da qualidade de vida, uma vez que esta estrutura é aplicada ao destino que é focado no bem-estar da comunidade.

Este esquema coloca a comunidade de destino no centro do planeamento do turismo fortalecendo o envolvimento da comunidade. Assim, o principal elemento que se deve ter em atenção quando se faz o planeamento do turismo deve ser a capacidade que a comunidade tem para tomar decisões e encontrar soluções para o turismo.

Porém, planear o desenvolvimento eficaz de uma comunidade não é fácil. É necessário investigar capitais, necessidades de bem-estar e clarificar objetivos, destacando para o efeito a importância que o desenvolvimento de parcerias, *networks* e sociedades têm, educando os residentes e os restantes *stakeholders*. O desenvolvimento do planeamento do turismo não é facilmente posto em prática e varia de acordo com a natureza da comunidade e o seu contexto social, cultural e político.

À medida que a comunidade vai desenvolvendo a capacidade de tomada de decisão devem ser criados vários cenários que identifiquem e contribuam para o capital e que diretamente cuidem do bem-estar da comunidade, sendo o seu principal objetivo apoiar as melhorias no bem-estar das comunidades e alcançar melhorias na sustentabilidade. Uma vez identificadas estas necessidades, o processo que se segue é a avaliação destes cenários para averiguar a sua viabilidade, os recursos disponíveis e os eventuais problemas de sustentabilidade. Isto requer o uso de técnicas que não são normalmente utilizadas no planeamento do turismo.

Após os possíveis cenários serem identificados poder-se-á adaptá-los ao destino, avaliando os seus possíveis impactos (positivos e negativos). Esta avaliação deve procurar também problemas que incluam custos e benefícios para os turistas, a natureza do ambiente de trabalho para o staff, impactos nas regiões e contribuições para a sustentabilidade que vão para além do turismo. As duas últimas etapas, implementação e monitorização, são similares às abordagens de planeamento apresentadas para o turismo tradicional (Moscardo & Murphy, 2014).



Fonte: Adaptado de (Moscardo & Murphy, 2014)

Ilustração 4 - Uma abordagem para o planeamento turístico para o bem-estar das comunidades

Considerando que o setor turístico contribui para a economia global e para os impactos sociais e ambientais relevantes devem ser implementadas práticas ambientais sustentáveis como as anteriormente definidas: políticas ambientais sustentáveis, boas práticas de trabalho, respeito pelos direitos humanos, boa integração na comunidade local, garantir a segurança no consumo de bens e serviços e a integração de valores éticos e morais nas estratégias da cultura organizacional. Assim, estas práticas irão permitir alcançar uma maior reputação, diferenciação e cumprimento das exigências de *stakeholders* como os turistas, trabalhadores, comunidades locais, fornecedores e parceiros (Morais, 2014). Neste contexto e para minimizar os impactos turísticos surgem os sistemas voluntários de certificação que tem como objetivo de reduzir significativamente os impactos ambientais criados pela construção de infraestruturas (Alyami et al, 2012; Lee, 2013 in Morais (2014). Estes são baseados num grupo de critérios de desempenho sustentável onde são atribuídos créditos ou pontos que estão pendentes da sua verificação na construção das infraestruturas que estão a ser certificadas.

Para Klimek (2013), os *stakeholders* e as populações locais devem estar envolvidos em qualquer plano de desenvolvimento sustentável do turismo para poder lidar com os vários problemas de perceção dos destinos e poder conhecer os interesses e opiniões da comunidade.

O processo de envolvimento dos *stakeholders* é bastante importante pois estes visam identificar as partes interessadas, quais os seus interesses e que estratégias utilizaram para determinar falhas nas estratégias de desenvolvimento sustentável nos destinos turísticos (Waligo, Clarke, & Hawkins, 2014).

Para Klimek (2013), muitas organizações dos destinos turísticos devem ter em constante atenção as ofertas turísticas existentes para que possam ser reavaliadas e reorganizadas para poderem ser reposicionadas no mercado. Do ponto de vista da sustentabilidade o papel destas organizações é bastante complexo, pois requer o equilíbrio entre os concorrentes e os objetivos ambientais, sociais e económicos, para poder reduzir os impactos negativos no desenvolvimento turístico. Assim, estes objetivos prendem-se com:

- ⇒ Preservar os recursos naturais e minimizar os impactos negativos do turismo para conservar a riqueza do destino para as gerações futuras;
- ⇒ Maximizar as contribuições económicas dos turistas para a comunidade local;
- ⇒ Satisfazer as necessidades dos visitantes mudando o seu interesse dos produtos, focando-os no consumo sustentável dos recursos;
- ⇒ Aumentar o bem-estar da população local e dos *stakeholders* privados e públicos.

Klimek defende ainda que os *stakeholders* e as populações locais devem estar envolvidos em qualquer plano do desenvolvimento sustentável do turismo para poder lidar com os vários problemas dos destinos e deve refletir sobre os interesses e opiniões da comunidade.

Como mencionado anteriormente, uma das medidas de gestão para minimizar o impacto dos visitantes é o cálculo da capacidade de carga. Assim, existem dois modelos que nos ajudam a calcular a capacidade de carga: o modelo LAC (Limits of Acceptable Change) e o modelo da Capacidade de Carga. Neste contexto, o método LAC identifica padrões chave para avaliar o impacto dos visitantes. Já o modelo da capacidade de carga, é calculado de três maneiras distintas (Física, Real e Efetiva) (Prato, 2001).

Capítulo III. Caracterização da Entidade Acolhedora

3.1. Identificação e Missão da entidade de estágio

O estágio foi desenvolvido na Câmara Municipal de Caminha na divisão da Cultura e do Turismo, onde também está sediada. Este departamento é dirigido por uma chefe de divisão, conta com a colaboração de quatro assistentes técnicas de Turismo e dois funcionários encarregues da distribuição do material necessário para as atividades afetas ao Turismo e Cultura da região.

O município de Caminha é uma pessoa coletiva de direito público, com um território, população eleitora, atribuições e órgãos próprios com competências próprias.

A descentralização efetiva é feita através da transferência de poderes do Estado para as comunidades locais a título definitivo.

A lei nº169/99, de 18 de Setembro, estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como as respetivas competências.

3.2. Localização e caracterização do meio envolvente

3.2.1. Enquadramento geográfico

A região Norte é um território de NUTS II, compreende 8 sub-regiões (NUTS III) e é onde reside 35% da população portuguesa. É nesta região que se enquadra a sub-região Minho-Lima, e é onde faz parte o município de Caminha.

Segundo o (INE, 2011), este município compreende 20 freguesias: Âncora, Arga de Baixo, Arga de Cima, Arga de São João, Argela, Azevedo, Caminha, Cristelo, Gondar, Orbacém, Dem, Vila Praia de Âncora, Lanhelas, Moledo do Minho, Riba de Âncora, Seixas, Venade, Vilar de Mouros, Vilarelho, e Vile (Caminha, 2010).

Segundo o Instituto Geográfico Português (IGP, 2015), Caminha tem uma área aproximada de 136,52km² e é limitado a norte pelo Rio Minho, a sul pelo concelho de Viana do Castelo, a nascente pelos concelhos de Vila Nova de Cerveira e Ponte de Lima e a poente pelo Oceano atlântico (Alves, 1985).

Relativamente à morfologia que caracteriza esta região, denota-se uma acidentada e avultada biodiversidade. Ao longo da sua área costeira podemos encontrar praias de interesse turístico, tanto fluviais como oceânicas, e a este, áreas montanhosas de paisagens naturais.

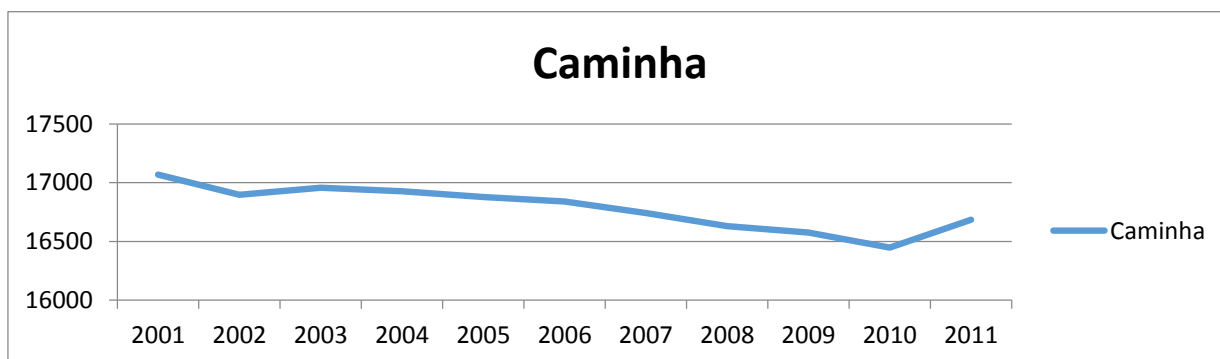


Fonte: (Viver Viana, 2013)

Ilustração 5 - Mapa do Município de caminha

3.2.2. Demografia

Analisando os dados relativos ao total da população residente no concelho de Caminha registados em 2001 e 2011 (17069 e 16684, respetivamente), verifica-se uma variação populacional de -2,3%, que se traduz em 385 habitantes, falando em números absolutos. Perante esta avaliação negativa, percebe-se que existe um envelhecimento bastante elevado e uma taxa de fecundidade baixa devido às alterações económicas e sociais. Assim em 2011 registaram-se 16 570 habitantes (INE, 2011), sendo que o ano onde se verificou uma maior população foi em 2003 com 16957 habitantes e o ano com menor população foi 2010 com 16447 habitantes, observando-se assim um decréscimo significativo da população.



Fonte: Própria com base nos dados obtidos no INE

Gráfico 4 - População residente por concelho, segundo os grandes grupos etários e o sexo











3.2.3. Produtos estratégicos

Neste quadro será apenas avaliada a região Porto e Norte, com o propósito do estudo a baixo. É certo que esta região envolve atividades mais ligadas à natureza, atendendo à existência de extensas praias.

Segundo a tabela abaixo, a região Porto e Norte oferece *Touring*, *City Breaks*, Turismo de Negócios, Turismo de Natureza, Saúde e Bem-estar e Gastronomia. No entanto, os mais explorados são o *Touring* e *City breaks*.

Os produtos que cada região oferece devem ser diversificados para que haja um desenvolvimento de novos produtos, ou seja, por exemplo, potenciar produtos que a região já explora fora de temporada alta, para assim diminuir a sazonalidade. A região norte deve apostar no turismo de negócios, saúde e bem-estar e gastronomia e vinhos.

Tabela 6 - Contribuição dos produtos do PENT por região

										
Algarve	●			●		●	●	●	●	
Lisboa	●	● (Cross Selling)	●	●	●	●	● (Cruzeiros)		●	●
Madeira	● (Porto Santo)	●		●	●	●	● (Cruzeiros)	● (Porto Santo)	●	
Porte e Norte		●	● (Porto)	● (Porto)	●				●	●
Centro		●			●	● (Oeste)		● (Oeste)	●	●
Açores		●			●	●			●	
Alentejo	● (Litoral Alentejano)	●				● (Litoral Alentejano)	● (Litoral Alentejano)		● (Litoral Alentejano)	●

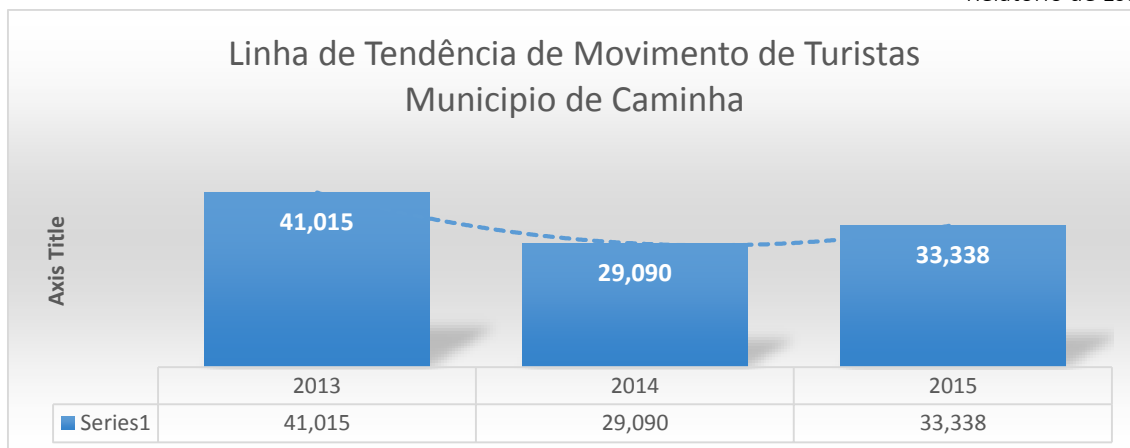
● 1º nível
 ● 2º nível
 ● 3º nível
 ● 4º nível

Fonte: (Turismo de Portugal, 2007)

3.2.4. Movimento turístico do município de Caminha

3.2.4.1. Evolução da Procura

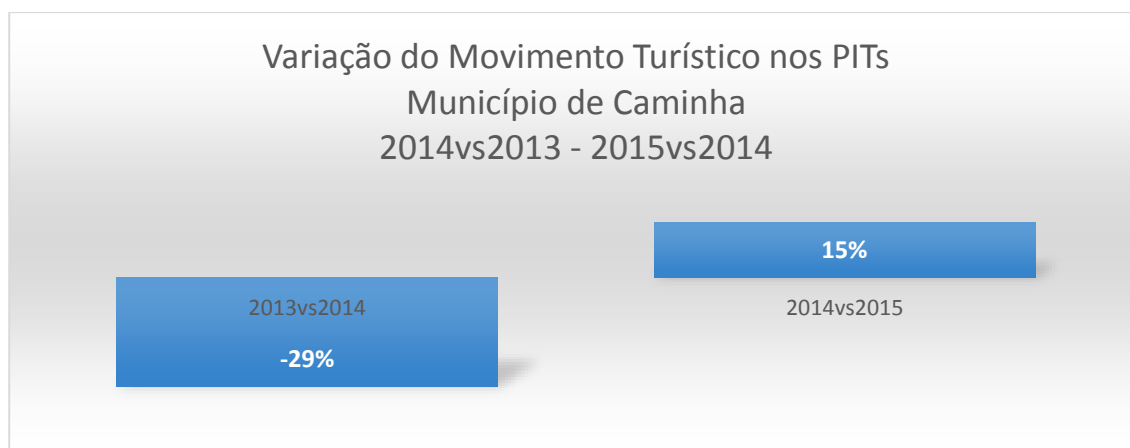
A presente análise foi desenvolvida com base em dados adquiridos no período compreendido entre Janeiro a Dezembro dos anos 2013, 2014 e 2015 pelo Posto de turismo de Caminha. Estes dados revelam a evolução ou tendência da procura por parte do turista/visitante aos serviços de Informação Turística existentes no concelho de Caminha. Estes dados revelam que, em 2013, de mais de 40.000 turistas/visitantes que procuraram os serviços de informação turística, existentes no concelho, para satisfazerem as suas curiosidades ou necessidades turísticas.



Fonte: Postos de Informação Turística de Caminha e Vila Praia de Âncora

Gráfico 5 - Linha de Tendência do Movimento de Turistas de Caminha

Em 2014, verifica-se um decréscimo acentuado de (-29%) de turistas/visitantes em relação ao ano anterior. Tendo recuperado o Município, no período de 2015, um aumento de 15%.



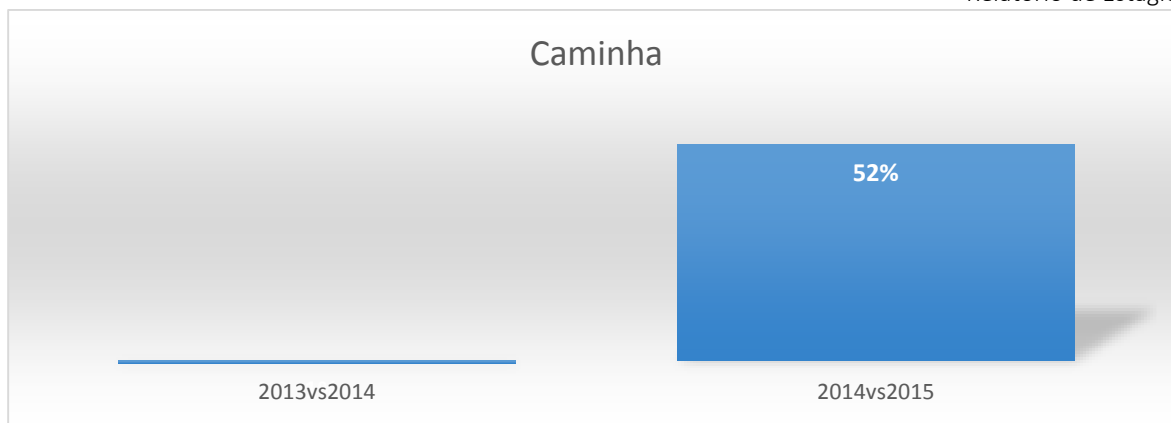
Fonte: Postos de Informação Turística de Caminha e Vila Praia de Âncora

Gráfico 6 - Variação do Movimento Turístico nos PITs³ de Caminha

Apesar da LIT⁴ de Caminha, em 2014, registar uma variação negativa de (-1%), em relação a 2013, é em Vila Praia de Âncora que se faz sentir uma diminuição bastante significativa da procura dos serviços do PIT por parte do turista/visitante, calculado em (-38%).

³ PIT (Postos de Informação Turística)

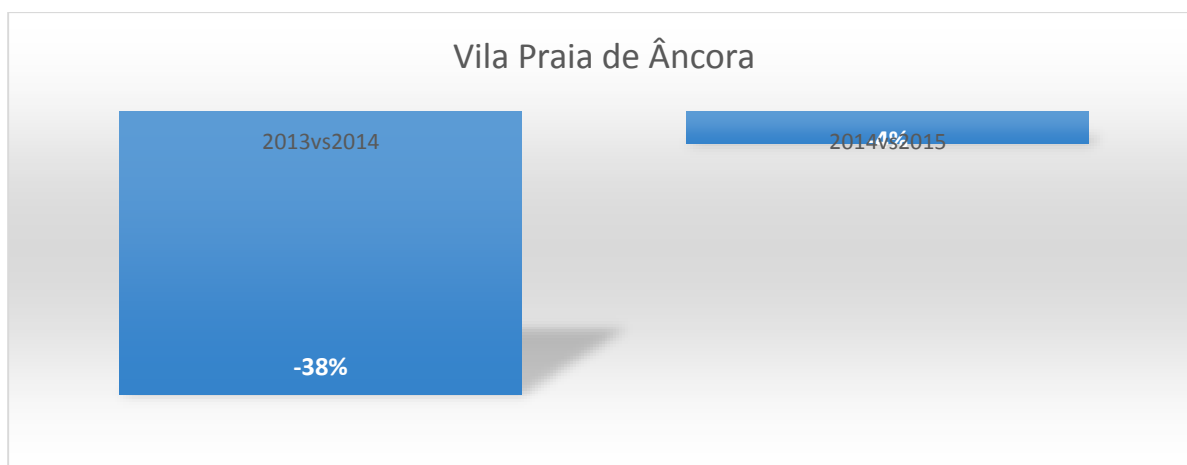
⁴ LIT (Loja Interativa de Turismo)



Fonte: Postos de Informação Turística de Caminha e Vila Praia de Âncora

Gráfico 7 - Loja Interativa de Turismo de Caminha

O aumento da procura em 2015, para valores muito significativos (+15%) deve-se essencialmente ao aumento do movimento de turistas/visitantes na LIT de Caminha, (+52%).



Fonte: Postos de Informação Turística de Caminha e Vila Praia de Âncora

Gráfico 8 - Loja Interativa de Vila Praia de Âncora

Dada a sua localização, dentro do casco histórico da vila de Caminha, que funciona como uma porta de entrada para quem a visita, apresenta-se em 2015, com uma franca recuperação do total de visitantes, provavelmente pela melhoria das condições do serviço e localização da nova Loja de Turismo (acesso à internet, plataformas interativas, novo layout, venda de produtos regionais, localização propícia à venda de bilhetes para o Teatro Valadares e concertos agendados nesse ano, p. ex. do Carlos do Carmo e Carminho).

Apesar desta descida abrupta na procura em 2014, pelos serviços de informação turística em Vila Praia de Âncora, ressalva-se o seu movimento de quase 20.000 turistas/visitantes que procuraram o Posto de Informação Turística nesse ano, representando (66%) do total de

turistas/visitantes no município.

Não obtendo qualquer estudo complementar que acompanhe ou avalie esta queda na procura, poder-se-á justificar que Vila Praia de Âncora possui uma procura turística vincadamente sazonal, a qual incide, de acordo com os dados estatísticos, nos meses de julho, agosto e setembro, correspondendo, em 2014, a 53% do total de visitantes anuais e em 2015, a 63%, conforme resultados obtidos no Posto de Turismo de Caminha.

Sendo a praia o seu principal atrativo turístico, o estado do tempo apresenta-se como um fator imperativo para a descida da procura anual e impeditivo para quem procura e pratica, maioritariamente, o Turismo de Praia & Mar, nos meses de julho, agosto e setembro, em Vila Praia de Âncora.

O preço das portagens nas antigas SCUT e a dificuldade em pagá-las também terá tido efeitos nefastos sobre a procura turística, principalmente sobre o mercado espanhol. Efetivamente, verifica-se que o número de turistas provenientes de Espanha caiu 38% em 2014.

3.2.4.2. Principais Mercados Emissores

No ano de 2015, o número total de turistas/visitantes que passaram pelos Postos de Informação Turística municipal foi de 33 338, sendo o mercado interno o principal responsável pela movimentação turística verificada nesta região (40%), seguido da Espanha (26%), a França (17%) e o Reino Unido (6%).

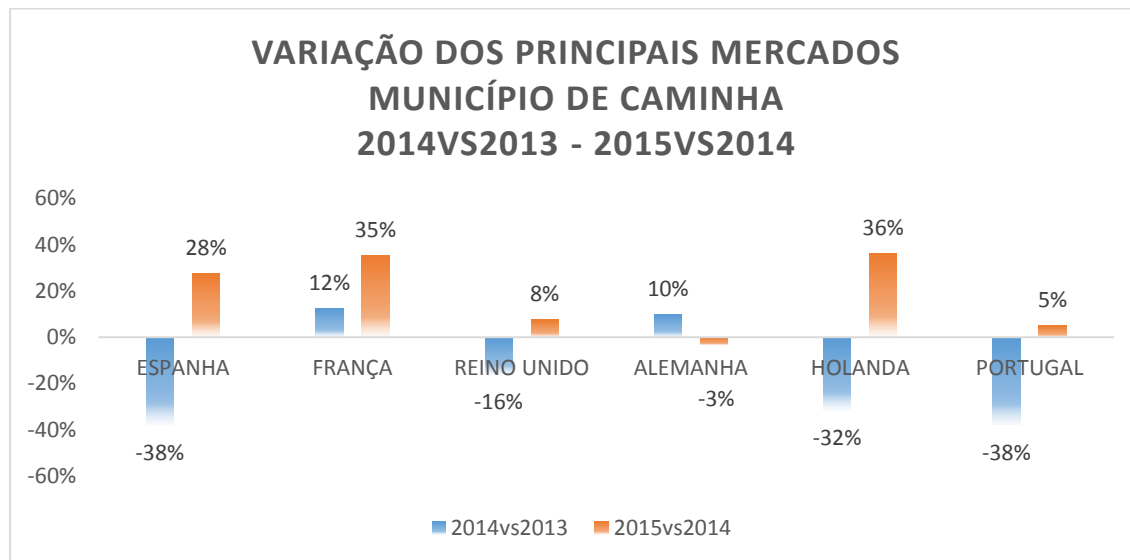
Tabela 7 - Principais Mercados Emissores

Mercados	Postos de Turismo Concelho de Caminha - Anual						Variação	
	2013	%	2014	%	2015	%	2014vs2013	2015vs2014
ESPAÑA	10 705	26%	6 658	23%	8 504	26%	-38%	28%
FRANÇA	3 764	9%	4 231	15%	5 731	17%	12%	35%
REINO UNIDO	2 316	6%	1 945	7%	2 094	6%	-16%	8%
ALEMANHA	1 381	3%	1 517	5%	1 467	4%	10%	-3%
HOLANDA	518	1%	354	1%	483	1%	-32%	36%
PORTUGAL	20 266	49%	12 584	43%	13 233	40%	-38%	5%
TOTAIS	41 015	100%	29 090	100%	33 338	100%	-29%	15%

Fonte: Postos de Informação Turística de Caminha e Vila Praia de Âncora

O aumento em 15% do fluxo de turistas verificados em 2015, face ao ano anterior, foi sustentado pelo aumento do número de turistas franceses em 35% e espanhóis em 28%. Estes dois

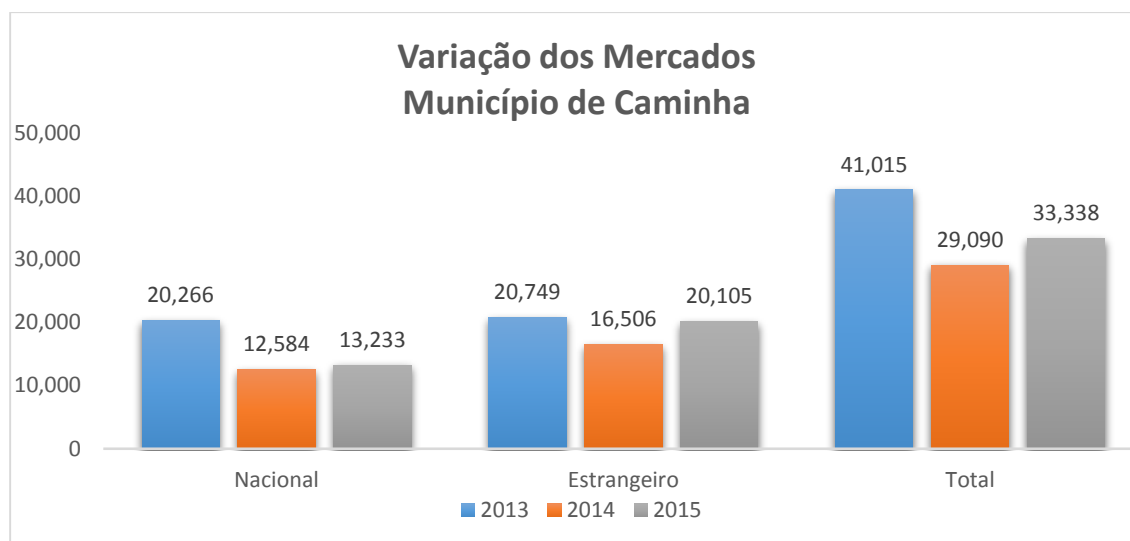
mercados a par do mercado interno e o inglês representam quase (80%) do total da procura turística neste município.



Fonte: Postos de Informação Turística de Caminha e Vila Praia de Âncora

Gráfico 9 - Variação dos Principais Mercados

Apesar da linha de tendência mostrar uma evolução favorável na Procura do Município, verifica-se que o mercado nacional tem uma ligeira tendência para a diminuição na procura, sendo compensado pelo mercado estrangeiro.



Fonte: Postos de Informação Turística de Caminha e Vila Praia de Âncora

Gráfico 10 - Variação dos Mercados Emissores Nacionais e Estrangeiros

Estes dados referem-se somente ao fluxo de movimento turístico nos Postos de Informação Turística (PIT) do Município, não sendo, por isso, um indicador absoluto do total de

turistas/visitantes que procuram o município. Referem-se somente a quem procura os PIT para dar resposta às suas necessidades turísticas e dentro dos horários estabelecidos.

Capítulo IV. Metodologia

4.1. Técnicas e instrumentos de recolha de informação

As técnicas e instrumentos de recolha de informação são o conjunto de processos que nos permitem recolher dados imediatos do processo de investigação (Sousa & Baptista, 2011).

Como sabemos, existem 2 tipos de fontes de pesquisa, as fontes primárias (informação que o investigador obtém diretamente através da aplicação de inquéritos, entrevistas, etc.) e as fontes secundárias (informação que o investigador obtém através da análise documental de terceiros).

“A análise documental constitui-se como uma técnica importante na investigação qualitativa – seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja através da descoberta de novos aspetos sobre o tema...”
(Sousa & Baptista, 2011).

Assim, a técnica aqui utilizada foi a investigação qualitativa, através da análise documental, pois foram utilizadas fontes documentais previamente elaboradas por outras entidades.

Como foi já referido, o presente trabalho teve como objetivo principal identificar e caracterizar os recursos existentes no município para poder definir formas sustentadas de exploração, e ao mesmo tempo encontrar medidas de gestão sustentáveis referentes a esses mesmos recursos.

Para o efeito, optou-se pela recolha de dados em 2 fontes distintas, a primeira com recurso a revisão bibliográfica sobre o turismo e sustentabilidade, e a segunda com recurso a pesquisas sobre o universo de bens imóveis, tendo sido consultada a informação registada nos sites DGPC⁵ e SIPA⁶, onde se encontra registado e catalogado o património edificado português. Para a elaboração do modelo de avaliação, foi utilizada a informação obtida e estudada para uma melhor formulação deste processo. A aplicação do estudo do caso prático, foi realizada através de uma pesquisa de campo, que culminou num levantamento fotográfico, o qual foi importante para o levantamento genérico sobre os problemas visíveis nos recursos turísticos. Assim, nesta inventariação, os recursos turísticos foram avaliados por uma série de fatores (ambientais, físicos e biológicos) numa escala de muito mau (1) a muito bom (5), como se pode ver no Anexo II.

⁵ Direção Geral do Património Cultural

⁶ Sistema de Informação de Património Arquitetónico

4.2. O design do Estudo

O *design* do estudo foi um método utilizado para justificar a seleção do caso estudado. Aqui estão explicitadas as decisões tomadas sobre o trabalho empírico de modo a responder às questões e objetivos definidos no ponto 1.2.

Relativamente ao *design* de pesquisa adotado, a ilustração seguinte define os parâmetros a seguir para a conclusão deste estudo de caso.

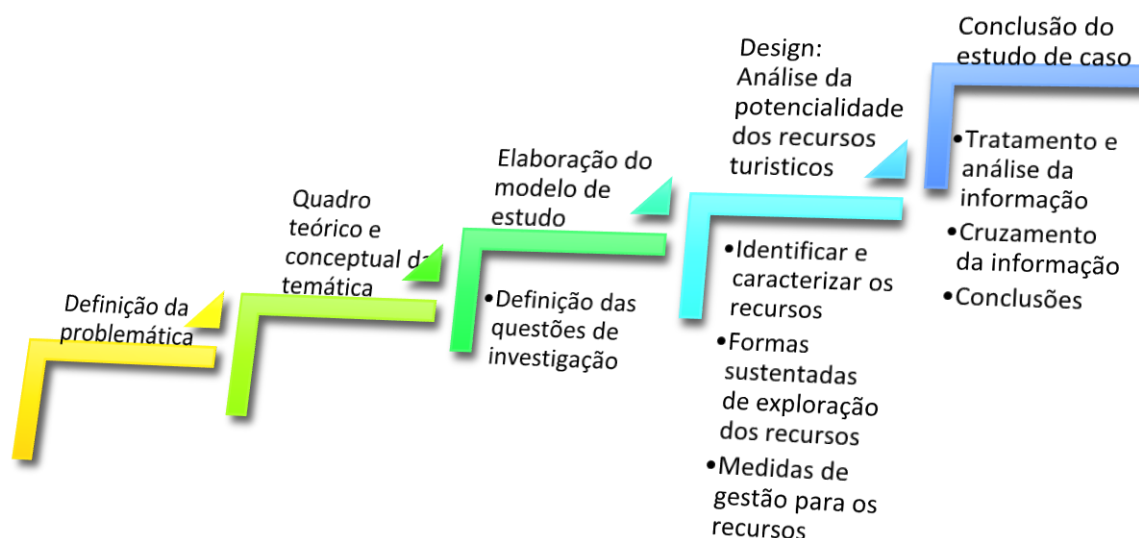


Ilustração 6 – Design do estudo de caso

Fonte: Própria

Este *design* permitiu, numa primeira fase, um primeiro contacto com o tema de forma a poder definir o objeto de análise. Seguidamente, a exploração da revisão bibliográfica permitiu que esta fosse sintetizada e organizada atendendo às exigências da exploração. Após a elaboração do modelo de estudo, explicado no parágrafo seguinte, foi aplicada a análise de conteúdo tendo em conta os objetivos previamente definidos. Por último, foi elaborada uma conclusão, onde foi feito o tratamento, análise e cruzamento da informação referente aos objetivos.

Assim, para este estudo foi realizado um modelo de avaliação que se adequasse aos parâmetros pretendidos. Para tal, foram avaliados e categorizados os recursos turísticos do município de Caminha considerados mais relevantes, como se pode ver no Anexo I.

Capítulo V. Formas Sustentadas de Exploração dos Recursos Turísticos

5.1. Análise da potencialidade turística dos recursos disponíveis no Município

5.1.1. Identificação e caracterização dos recursos turísticos

A caracterização dos recursos turísticos é essencial para uma melhor compreensão do seu estado. Sem esta avaliação, o gestor não poderá fazer uma exploração sustentada dos recursos que o local oferece. Segundo Cunha & Abrantes (2013), torna-se essencial categoriza-los em função da sua natureza, da sua funcionalidade ou de ambos:

- Hidromo – todo o elemento de atração associado a água no seu estado natural ou modificado pelo homem;
- Fitomo – elemento natural relacionado à terra, relevo, clima, flora, fauna, etc.;
- Litomo – todo o elemento construído pelo homem, cujo interesse se associe à sua natureza e uso;
- Antropomo – recurso cujo elemento se baseia essencialmente no homem enquanto curiosidade, associado a costumes, hábitos, tradições, etc.;
- Mnemomo – refere-se à memória, meios que constituem elementos intangíveis que podem motivar a deslocação por recordações ou memórias decorrentes de acontecimentos históricos.

Segundo o inventário apresentado anteriormente, foram analisados e identificados 41 recursos turísticos, sendo 26 construídos pelo homem e 15 naturais. Destacam-se 20 recursos que estão classificados pela DGPC⁷. Dos 15 monumentos naturais, 9 são fitomos (elementos naturais) e 6 são hidromos (elementos associados à água) conforme classificação constante do Anexo I.

Com base na informação anterior, constata-se que apenas um imóvel se encontra em vias de classificação e 8 constituem Monumento Nacional. Esta informação vem confirmar o peso do património construído no contexto dos recursos turísticos de Caminha.

Para uma melhor compreensão do estado destes recursos, também foram avaliados por fatores ambientais, físicos e biológicos. Cada um destes fatores subdividiu-se em vários pontos de caracterização. Assim, no que toca aos fatores ambientais, os recursos foram avaliados por erosão, pisoteio, distúrbios na fauna/flora e poluição; os fatores físicos abrangiam degradação/fragmentação do local, degradação da pintura, degradação geral das infraestruturas e acessibilidade, e por último os fatores biológicos que se dividiam em manchado de fungos, musgo, plantas a crescer, humidade, densidade florestal e diversidade e extensão da cobertura vegetal.

⁷ Direção Geral do Património Cultural

Foi dada uma cotação de 1 a 5 onde 1 é muito mau e 5 muito bom, conforme consta no Anexo II. No entanto existiram casos onde esta cotação foi impossível por duas razões: por um lado a grande extensão da cobertura florestal que impossibilitou o estudo detalhado destes recursos, por outro lado, para alguns recursos a classificação estabelecida não fazia sentido, pelo que foi classificado como 6 (não aplicável), por exemplo, nos fatores físicos não faz sentido avaliar um recurso natural pela degradação de pintura.

A análise da Vila de Caminha, caracteriza-se pelas suas paisagens e pelo seu património histórico e o seu valor patrimonial. São de realçar os vestígios históricos, que oferecem à vila de Caminha um carácter revivalista, onde a defesa da sua identidade ficou marcada desde a sua formação até aos nossos dias. São de referir, por exemplo, os materiais pré-históricos da arriba fóssil entre Vila Praia de Âncora e Moledo do Minho ou as gravuras rupestres de Lanhelas. Toda a vila de Caminha é uma área que, pelos seus recursos naturais, localização geográfica e características, facilitou e potenciou a ocupação humana.

O concelho de Caminha enlaça-nos em contrastes entre a história e o património natural, banhada pelas águas agitadas do mar e pelas águas tranquilas dos rios Coura, Minho e Âncora. Na união entre o mar e a montanha, onde os miradouros revelam as praias do concelho, descobre-se a gastronomia e a doçaria. Esta vila beneficia de uma ótima localização geográfica, a norte de Portugal, na fronteira com Espanha, com o rio Minho a unir as duas margens e com o ferryboat a fazer o transbordo entre as mesmas. É por isso um destino de excelência com as suas características naturais e edificadas onde se pode praticar vários tipos de turismo, desde o turismo de negócios ao turismo gastronómico, passando por turismo de bem-estar, *city short breaks*, *touring cultural*, etc. (Câmara Municipal de Caminha, 2011).

5.1.2. Formas sustentadas de exploração dos recursos

Um dos maiores desafios de um gestor turístico é conseguir conciliar o turismo com a exploração sustentada dos recursos que um local tem para oferecer. Assim para que isto seja possível, torna-se necessário fazer uma avaliação dos recursos turísticos dessa localidade, sejam eles naturais, culturais, arquitetónicos ou históricos.

A informação para o turista é, porém, difícil de conseguir já que, a visita, na grande maioria dos recursos naturais, é feita por livre vontade do turista por isso torna-se importante mais uma vez a existência de cartazes/painéis no local da visita. Uma outra ação importante para minimizar o impacto é a avaliação da capacidade de carga do local, que calcula, tendo em conta os fatores corretivos (fatores ambientais, físicos e biológicos) que afetam ou limitam a visita,ção,

definindo-se o limite máximo de visitas admitidas num local. Do ponto de vista do turista, se o local mostrar uma grande afluência de pessoas, este irá sentir-se de algum modo constrangido por não conseguir movimentar-se como quereria, diminuindo significativamente a qualidade da experiência. Torna-se necessário definir a capacidade de carga do local, para que não existam este tipo de constrangimentos e sobretudo para conseguir, com fluidez, fazer a visitação sem prejudicar a natureza.

Assim, devem ser criadas algumas barreiras físicas, através de, por exemplo, instalação de cercas e passadiços, para que não exista uma má utilização dos espaços, limitando tanto quanto possível os prejuízos nos fatores ambientais, o distúrbio da fauna e flora e o pisoteio de zonas sensíveis. Antes de iniciar o seu percurso, o turista deve ser informado sobre as regras básicas de visitação do local. Deve existir informação a disponibilizar ao turista como por exemplo cartazes no local, folhetos e mesmo na plataforma online para não perturbar os organismos em nidificação ou reprodução.

Um dos fatores que também se torna bastante preocupante é a erosão, pois é um fator que afeta a grande maioria das praias e edifícios no concelho de Caminha. Devido à sua proximidade com o mar devem ser aplicadas medidas para minimizar este impacto. Para poder atrair o turista e para que o recurso não fique degradado ou partido, ações como alimentação artificial de praias, enrocamento e dragagem de sedimentos foram feitas para minimizar o impacto da erosão. Por outro lado, a erosão dos edifícios pode dever-se a vários fatores: chuva, vento, salsugem ou até a construção das infraestruturas muito perto do cordão dunar. Tendo em conta que grande parte desta problemática é causada pela ação humana, pouco se pode fazer para evitar que os edifícios fiquem degradados quer as próprias infraestruturas quer a pintura. Do ponto de vista do turismo, o património arquitetónico do local deve poder seduzir o turista, através do atrativo visual. Assim, sugere-se que para além de ações de sensibilização, as entidades responsáveis mantenham o local com as condições básicas e necessárias para que o turista possa usufruir do mesmo, designadamente, através de ações de conservação do património arquitetónico.

Os fatores físicos, como a chuva e o vento, originam também a degradação/fragmentação do local, degradação da pintura, degradação geral das infraestruturas e acessibilidade. Como referido anteriormente, o recurso deve atrair visualmente o turista, fazendo com que este tenha uma experiência única, logo torna-se necessário a existência de uma série de cuidados para manter o local, pois aquilo que o turista experiencia durante a viagem irá ser recordado durante bastante tempo. Portanto, se o areal e os edifícios estiverem sujados ou se o monumento estiver de algum modo danificado (fragmentado, degradado, se houver falta de infraestruturas ou falta de

acessibilidade) irá fazer com que o turista se sinta de algum modo constrangido, e consequentemente não aprecie a visita e, portanto, não volte ao local.

Por último, os fatores biológicos: verificou-se que algum património construído se encontra manchado de fungos, musgo e outras plantas de maior porte, e com vestígios de humidade. Estes, são mais alguns fatores que influenciam negativamente o turista. Se um recurso cultural exibir este tipo de problema, o turista não irá achá-lo visualmente atrativo, por se encontrar bastante degradado, o que prejudica a visita. O mesmo se passa para os dois restantes fatores de avaliação, a densidade florestal e a diversidade e extensão da cobertura vegetal. Se por algum motivo o recurso natural tiver uma grande densidade vegetal ou se o recurso tiver uma grande extensão de cobertura vegetal torna-se pouco acessível para o turista impedindo a boa apreciação visual e estética do local. Serão, portanto, necessárias ações de conservação, de controlo da vegetação, de informação e sensibilização envolvendo as populações e agentes para a manutenção da biodiversidade.

Do ponto de vista do turismo, a visita poderá constituir uma oportunidade para o desenvolvimento local, pois aliando o turismo à conservação da natureza incentivar-se-á a prática do turismo de natureza e ecoturismo, uma vez que a principal motivação deste tipo de turistas é a observação, apreciação e usufruto da natureza, nas suas diferentes dimensões promovendo a sustentabilidade e não danificando a natureza. Desta maneira, para além de aliar o turismo à conservação da natureza, deve ser realizada uma divulgação de informação sobre as boas práticas ambientais que consolidem a conservação do património natural com o edificado incluindo a população local e entidades gestoras competentes potenciando o ecoturismo e o turismo natureza demonstrando a capacidade destes espaços.

5.1.3. Medidas para uma exploração sustentável

Como referimos, é necessário definir algumas medidas de gestão para assegurar a sustentabilidade da exploração turística dos recursos. Assim, as seguintes propostas visam definir estratégias que valorizem o potencial e os recursos turísticos existentes, como fundamento para o crescimento qualitativo e quantitativo da atividade turística no concelho de Caminha. Pretendem, ainda, diversificar a oferta, para além da tradicional oferta de sol e mar, introduzindo novos e planeados produtos turísticos. Tal permitirá o envolvimento de maior parcela da população, de mão-de-obra, diversificada e utilizar, de forma sustentável, recursos naturais e culturais ainda não explorados que possam construir uma rede de integração entre os novos produtos e serviços turísticos locais com os disponíveis, atendendo assim às exigências da procura nas diferentes

épocas do ano. Tal permitirá, diversificar a oferta e diminuir a sazonalidade característica do tipo de turismo de sol e mar.

Primeiramente, considera-se pertinente que o município utilize, como fator de desenvolvimento, o potencial existente no município e as condições do concelho em relação ao turismo, ou seja, tirar proveito, de maneira sustentável, das condições e preferências da procura turística e do que o concelho tem para oferecer, considerando que as melhorias devem ser feitas a médio e longo prazo.

Sugere-se então uma série de propostas gerais e específicas para desenvolver o potencial dos recursos e melhorar as condições do município. As propostas gerais são as seguintes:

Proposta 1 – Programas de Turismo Natureza

Hoje em dia, o turista é uma pessoa que se preocupa cada vez mais com o meio ambiente. É um turista responsável e informado sobre o destino que escolheu. Assim, a implementação de práticas sustentáveis tem como objetivo não só respeitar os valores éticos fomentados pelas organizações, como também satisfazer as necessidades e expectativas dos turistas. Existem várias vantagens associadas a prática de turismo sustentável (Almeida & Abranja, 2009), as quais deverão ser implementadas também na vila de Caminha. Assim, propõem-se as seguintes medidas:

- ⇒ Aumento da procura turística através da diferenciação de produtos, aumentando assim o ciclo de vida do produto e do destino;
- ⇒ Proteção dos recursos, através da criação de estratégias, preservando a biodiversidade do local;
- ⇒ Redução de custos, através da implementação de algumas práticas sustentáveis que envolvem o investimento em novas estruturas. A manutenção e melhoria da qualidade dos recursos naturais aumentam as condições de vida das populações locais. Ao reduzir o consumo de energia ou reutilizando os recursos já disponíveis, podem ser reduzidos consideravelmente os custos de operação;
- ⇒ Maior envolvimento por parte dos atores locais. Diferenciando a empresa da concorrência com produtos sustentáveis, os mercados locais começam a priorizar opções mais sustentáveis. Assim, as empresas estão no bom caminho para o sucesso diferenciando-se dos concorrentes;
- ⇒ A constituição de cadeias locais com produtos de valor acrescentado, proporcionam uma melhoria significativa para as economias locais, uma vez que permite a criação de postos de trabalho. O turismo é uma indústria de trabalho intensiva que necessita constantemente de trabalhadores na área. Assim, fortalece o sentimento de cidadania e

o aumento da sensibilização da população local em relação ao desenvolvimento de produtos com alicerces na sustentabilidade;

⇒ A participação da comunidade num projeto de turismo sustentável, torna-se imprescindível para a constituição de um turismo inclusivo.

Tendo por base o dito no Anexo I , o primeiro passo para impulsionar a atividade turística é então identificar e caracterizar os recursos turísticos. Dinamizando a utilização destes espaços em épocas menos procuradas pelos turistas, contribui-se para combater a sazonalidade da atividade turística e contribuindo para um desenvolvimento regional em todo o território de atividades mais diversificadas, que poderão envolver *stakeholders* mais abrangentes.

Assim, com a proposta 1, pretende-se a identificação do potencial de turístico associado aos espaços florestais desenvolvendo a promoção de um programa que valorize este potencial, como por exemplo: percursos pedestres, a pé ou de bicicleta, observação de cavalos selvagens, observação de fauna e flora; caça e pesca em águas interiores; aproveitamento de produtos florestais associados à gastronomia (mel, bagas, plantas aromáticas, entre outros), circuitos de natureza, observação de paisagem ou fotografar a fauna (Tritão Mamoreado, Rã-Verde, Lontra, Pato Real, entre outros) e flora (*Aster tripolium*, Alface-brava-do-rio, *Ranunculus penicillatus*, Lírio-amarelo, entre outros).

Assim, para que esta proposta seja mais sustentável e para que a natureza seja conservada, deve também ser elaborado um código de conduta para o turista, que lhe deve ser entregue, a partir do momento que começa a sua visita, como demonstra o Anexo IV.

Proposta 2 – Informar o turista

A informação ao turista é difícil de conseguir, uma vez que, na grande maioria das vezes a visitação é feita de livre e espontânea vontade, não recorrendo ao apoio do posto de turismo nem a guias especializados. Assim, um dos principais problemas que um gestor turístico deve ultrapassar prende-se com a quantidade e qualidade de informação disponível para o turista, para que fique a conhecer os recursos turísticos e o comportamento adequado durante a visitação do local.

Assim, deve ser colocado à disposição do turista informação de divulgação sobre o património histórico e natural, bem como informação sobre a conduta mais adequada nas zonas de visitação, conforme consta do Anexo IV. Estas informações podem ser colocadas nos locais em forma de cartazes ou painéis informativos, nos postos de turismo através de brochuras, cartazes ou folhetos, ou nas plataformas online do município.

Proposta 3 – Requalificar recursos

Para poder satisfazer todos os turistas e para conseguir abranger um público-alvo maior torna-se necessário fazer a manutenção de alguns dos recursos turísticos, que por serem de acesso limitado ou por estarem em condições desadequadas, são postos de parte pela entidade que dinamiza o concelho. Assim, a terceira proposta prende-se com a inventariação dos recursos turísticos mais danificados do município, para que possam ser incluídos nos roteiros turísticos oferecidos aos turistas. Uma vez que estes são de grande valor patrimonial para o município de Caminha, os recursos que devem ser requalificados são:

- ⇒ Cividade de Âncora;
- ⇒ Dólmen do Santo de Vile;
- ⇒ Lage das Fogaças;
- ⇒ Mamoá de Aspra;
- ⇒ Estação Arqueológica do Alto do Coto da Pena;
- ⇒ Moinhos de Gândara.

Após este levantamento, os recursos deverão ser requalificados tendo por base certas características, como por exemplo:

1. Caracterização da importância histórica, natural ou outra;
2. Acessibilidade;
3. Infraestruturas, isto é, verificação da envolvente em termos de sanitários, restauração, vias públicas, etc.;
4. Sinalização.

Proposta 4 – Introdução de novos produtos turísticos

Esta introdução de novos produtos pode ser feita de duas maneiras:

- ⇒ Inquéritos de satisfação quer aos turistas quer à população local;
- ⇒ Definir, caracterizar e promover novos produtos turísticos que incorporem princípios de sustentabilidade e de proteção do ambiente e integra-los no processo de desenvolvimento do turismo do concelho de Caminha.

Como se pode observar no Anexo I, o município dispõe de bastantes recursos turísticos, bens e serviços auxiliares, infraestruturas e equipamentos necessários para dar suporte ao turismo, permitindo uma boa experiência para os turistas e os visitantes. Assim, de forma a aferir a qualidade dessa experiência bem como para poder abranger um maior público-alvo devem ser concebidos,

primeiramente, inquéritos de satisfação para entender o que a população local gostaria de ver inserido no concelho, procurando perceber se estes conhecem os recursos existentes para posteriormente poder diversificar a oferta turística. Após ser feita essa recolha, poder-se-á iniciar o processo de introdução de novos produtos turísticos, articulando as ofertas cultural e natural que o concelho oferece.

Neste sentido, deve-se apostar na criação de novas rotas turísticas que articulem o turismo natureza com o turismo cultural, como as desenvolvidas no âmbito deste estágio (Anexo V). Para que isso seja possível é necessário, como referimos, requalificar alguns dos recursos disponíveis, uma vez que o estado de conservação atual impede a sua inclusão nos recursos turísticos do concelho (Anexo I), como por exemplo os moinhos e monumentos megalíticos, pré-históricos e romanos que se encontram em bastante mau estado, como referido na proposta 3.

Hoje em dia, temos consciência de um “novo turista”, o qual está melhor informado e é mais exigente, por exemplo, o mercado jovem, o qual surge em consequência do aumento de mobilidade e da alteração dos seus hábitos de diversão e recreio. Assim, a oferta turística deve ser adequada às novas exigências, novas atividades e ao seu estilo de vida específico. São exemplos de novas atividades aquelas ligadas ao meio ambiente como mergulho, montanhismo, orientação, surf, windsurf, parapente, ciclismo, entre outras.

Proposta 5 - Envolvimento de Stakeholders/ comunidade local

"Na indústria do turismo, um *stakeholder*, é considerado qualquer um que seja surpreendido positiva ou negativamente pelo desenvolvimento, e, como resultado, reduza o potencial conflito entre os turistas e comunidade de acolhimento, envolvendo a comunidade e ajustando o modo em que o turismo se desenvolve" (Chouldhary, 2014, p. 81).

Assim, os *stakeholders* do turismo têm um papel bastante importantes no desenvolvimento da sustentabilidade, como se pode ver pela Ilustração 7. Os governos locais também têm um papel fundamental no planeamento do desenvolvimento sustentável, pois muitas políticas e grande parte da legislação do desenvolvimento sustentável recai sobre as autoridades locais e uma das principais funções deste planeamento é criar um ambiente que permita ou influencie o setor privado a operar de uma forma mais sustentável.

Setores como hotelaria, agências de viagens, operadores turísticos, entre outros devem equilibrar a conservação da biodiversidade com a qualidade profissional das experiências do visitante. Nos setores da hotelaria, por exemplo, as iniciativas de sustentabilidade devem passar por reutilizar a roupa de cama dos hóspedes, reciclar resíduos e troca de lâmpadas para fluorescentes, entre outros, por exemplo (Chouldhary, 2014). No setor da restauração, deve haver

consumo de produtos locais, receituário próprio da região onde está integrado, formação dos colaboradores locais, reciclagem de resíduos, entre outros.

As comunidades locais beneficiam do turismo sustentável através da integridade cultural, o desenvolvimento socioeconómico, criação de emprego e desenvolvimento de infraestruturas. A população local também deve participar no planeamento e desenvolvimento da sustentabilidade no destino.



Fonte: (Chouldhary, 2014)

Ilustração 7 - Stakeholders do turismo sustentável

Portanto, os *stakeholders* devem envolver as populações locais em qualquer plano de desenvolvimento sustentável do turismo para poder lidar com os vários problemas dos destinos e poder conhecer os interesses e opiniões da comunidade. Para que isto seja possível torna-se necessário:

- ⇒ Promoção de ações de sensibilização dos agentes envolvidos na atividade turística de forma a contribuir para o desenvolvimento económico e social das populações;
- ⇒ Promoção de ações e incorporação de iniciativas que tenham por objetivo valorizar os recursos existentes;
- ⇒ Criação de instrumentos de cooperação e de parcerias para a promoção da competitividade do território e dos produtos;

No entanto a implementação destas medidas é complexa, pois encontrar o equilíbrio entre os interesses económicos que o turismo estimula e as ações que devem ser propostas para que o meio ambiente não é fácil (Buckley, 2012).

No que toca às propostas específicas, os recursos turísticos acima descritos foram avaliados um a um para uma melhor perceção das suas qualidades:

Proposta 6 – Monitorização dos recursos

Como é sabido, para o gestor turístico é difícil aferir com rigor o impacto negativo que o turista pode ter num determinado recurso turístico. Este deve poder contar com fontes de financiamento ou fundos de maneiço que permitam e garantam a implementação de um plano de monitorização, baseado em indicadores próprios, que ajude de forma técnica e económica à conservação do ambiente. Um plano de monitorização deve ser pensado a longo prazo. Sendo o gestor responsável pela boa manutenção do recurso turístico, deve fazer uma monitorização constante para avaliar o eventual estado de degradação causado e definir medidas de mitigação.

A monitorização permite-nos seguir vários indicadores que descrevem a relação entre a atividade turística e a envolvente do recurso. Estes indicadores prendem-se com:

- ⇒ Degradação das praias
- ⇒ Destruição ecológica
- ⇒ Perda de fauna e flora
- ⇒ Erosão
- ⇒ Espécies em extinção
- ⇒ Invasão humana
- ⇒ Densidade florestal
- ⇒ Falta de segurança/limpeza

Para que o recurso se torne sustentável, deve existir uma monitorização constante dos impactos, introduzindo se necessário medidas preventivas ou corretivas (Sousa R. , 2006). Esta intervenção deve ser feita em recursos com maior diversidade e extensão da cobertura vegetal pois vão permitir uma melhor monitorização do recurso. Assim, os recursos com maior extensão da cobertura vegetal são:

- ⇒ Dólmen da Barrosa
- ⇒ Dólmen do Santo de Vile
- ⇒ Mata Nacional do Camarido

- ⇒ Mata Nacional da Gelfa
- ⇒ Mosteiro de S. João D'Arga
- ⇒ Praia da Foz do Rio Minho
- ⇒ Praia de Lanhelas
- ⇒ Praia de Moledo do Minho
- ⇒ Praia de Seixas
- ⇒ Praia de Vila Praia de Âncora
- ⇒ Praia do Forte do Cão

Algumas medidas de prevenção:

- ⇒ Realizar um registo fotográfico das zonas florestais e balneares antes e depois de cada atividade ou no final de cada época turística;
- ⇒ Efetuar ações de sensibilização para alertar a população para a poluição;
- ⇒ Colocação de caixotes de lixo em vários pontos estratégicos. Por exemplo, nas praias existem caixotes à entrada, no entanto estes são insuficientes pois não conseguem cobrir toda a extensão da praia;
- ⇒ Promoção de práticas sustentáveis entre os promotores turísticos;
- ⇒ Monitorização do turista na área, reduzindo se necessário as horas de visitação diversificando as áreas de visitação ou as horas em que o monumento pode ser visitado.
- ⇒ Painéis informativos, já referidos.

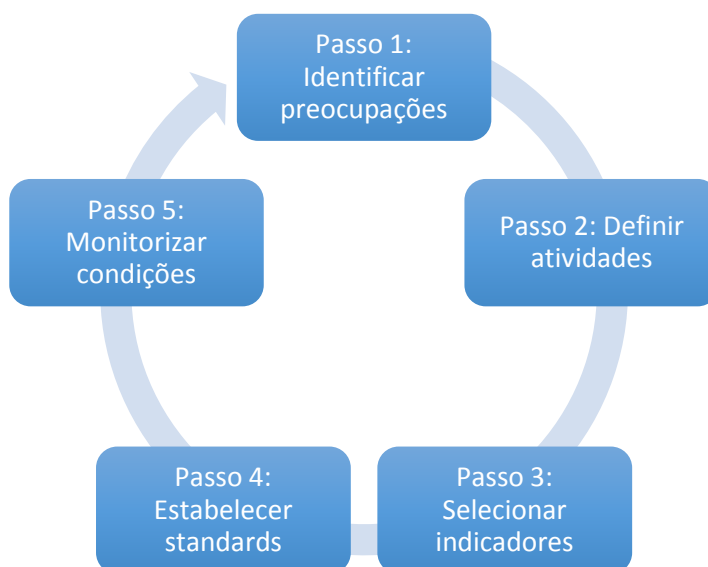
De referir que o Dólmen da Barrosa, o Dólmen do Santo de Vile e o Mosteiro de S. João D'Arga apenas necessitam de um plano de monitorização pois são zonas onde a extensão da cobertura vegetal é abundante.

Proposta 7 – Capacidade de Carga e Implementação de Indicadores

O desenvolvimento turístico deverá ser feito com base nos três pilares da sustentabilidade referidos anteriormente, para que os recursos naturais não sejam afetados. A partir do momento em que estes recursos são afetados e a capacidade de carga atingida, verificar-se-á uma degradação dos recursos utilizados e uma perda da qualidade do produto turístico e da sua experiência turística. Assim, como consequência deste desenvolvimento negativo, irá existir uma diminuição do nível de interesse turístico.

Neste contexto, e como referido anteriormente, existem dois modelos que nos ajudam a calcular a capacidade de carga: o modelo LAC (Limits of Acceptable Change) e o modelo da Capacidade de Carga.

Para que o modelo LAC possa ser posto em prática, torna-se necessário implementar cinco passos:



Fonte: Adaptado de (Huaraca & Luis, 2008)

Ilustração 8 - Limites da Mudança Aceitável

Para identificar e quantificar o impacto das práticas turísticas deve ser elaborado um inventário para que depois se possam definir atividades e orienta-las de acordo com a sustentabilidade. Desta forma, a implementação de indicadores é uma ferramenta essencial para a sustentabilidade, pois facilitam a avaliação das práticas e políticas do turismo e desenvolvem estratégias adequadas para um futuro melhor. Assim, na tabela seguinte apresentam-se alguns indicadores que podem ser implementados no modelo LAC.

Tabela 8 - Implementação de Indicadores de Sustentabilidade

Zonas Litorâneas		
Questão	Indicadores	Medições
- Destruição ecológica	- Total da degradação	- % da degradação
- Degradação de praias	-Níveis de erosão	- % de erosão da praia

		<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas por metro quadrado de praia - Acidentes relacionados com água
Zonas montanhosas/ Naturais		
Questão	Indicadores	Medições
<ul style="list-style-type: none"> - Perda da fauna ou flora - Erosão - Espécies em extinção - Superlotação - Invasão humana - Registo de caça e pesca ilegais 	<ul style="list-style-type: none"> - Sucesso reprodutivo de espécies - Presença de vida selvagem em locais normalmente ocupados - Extensão da erosão - Taxa de reprodução das principais espécies - Diversidade de espécies - Nº de visitantes - Atividades das pessoas nas zonas de maior movimento - Índice de caça e pesca ilegais 	<ul style="list-style-type: none"> - Total das espécies (amostragem) - Monitorização do nº por animais, por espécie - Área de cobertura vegetal - % da superfície em estado de erosão - % da área afetada por atividade humana não autorizada - % de mortes de animais nas estradas - % de terras do entorno que estão a ser utilizadas para

- Falta de Segurança	- Interação ser humano/ animal	finalidades humanas como agricultura - Nº de incidentes envolvendo a caça e a pesca ilegais - Redução dos custos atingidos da flora e da fauna - Nº de contactos registados entre seres humanos e animais resultando em ferimentos humanos - Violência contra os turistas - % de área coberta
- Densidade florestal	- Extensão da cobertura vegetal	
Ambientes urbanos e culturais		
Questão	Indicadores	Medições
- Falta de segurança	- Índices de criminalidade - Tipo de crimes cometidos	- Nº de crimes registados (assaltos)
- Falta de limpeza	- Atrativo do local	- Índices totais de resíduos no local (amostragem)
- Superlotação dos atrativos	- Intensidade do uso	- Congestionamento de trânsito - Ruído

Fonte: Própria

O estabelecimento destes indicadores são uma ferramenta essencial para a sustentabilidade pois ajudam a uma monitorização sectorial do desenvolvimento, facilitando a avaliação das práticas e políticas do turismo. Neste sentido, para obter um melhor desempenho desta avaliação, os indicadores devem ser implementados em zonas litorais, maioritariamente as praias oceânicas e fluviais.

No que toca às zonas montanhosas/naturais, os recursos que devem ser aferidos são: Mosteiro de S. João D'Arga, Dólmen do Santo de Vile, Dólmen da Barrosa, Lage das Fogaças, Mamoa de Aspra, Estação arqueológica do Alto do Côto da Pena, Mata Nacional do Camarido, Mata Nacional da Gelfa, Moinhos de Gândara e todos os miradouros do concelho. Apenas os miradouros devem ser avaliados através da superlotação e Invasão humana, pois são os únicos recursos que não envolvem densidade florestal.

Para os ambientes urbanos e culturais, recursos como Conjunto Fortificado de Caminha, Forte do Cão, Forte da Lagarteira, Cruzeiro da Independência, Torre do Relógio, Centro histórico de Caminha, Chafariz do Terreiro e todas as capelas e igrejas referidas no Anexo I, são os que devem ser incluídos na avaliação por estes indicadores.

Nestes locais verifica-se, durante a época alta, alguma carga humana, a qual precisa ser aferida. Propõe-se assim o desenvolvimento do modelo de Capacidade de Carga, nos termos definidos por (Cifuentes, Amador, Cayot, Cruz, & Cruz, 1996).

Capítulo VI. Conclusão

6.1. Considerações finais sobre o estágio

O principal objetivo da realização do estágio na Câmara Municipal de Caminha foi o de identificar e caracterizar os recursos com potencial turístico existentes no município, bem como definir formas sustentadas e medidas para uma exploração sustentável.

Ao longo do estágio, foi possível desempenhar diferentes funções inerentes a um técnico de turismo. Para além de cumprir com as funções normais de um colaborador ligado a esta área, existiu a preocupação constante em procurar e criar algo útil e ter ideias inovadoras para melhorar ao máximo os aspetos turístico-culturais da vila de Caminha.

Sendo que um estagiário, neste estabelecimento, é considerado um colaborador, através da prática das tarefas e da observação foi possível conhecer os procedimentos levados a cabo para cada tipo de situação e, facilmente se conheceu as responsabilidades de cada funcionário do gabinete de turismo. Com a realização do estágio percebeu-se que o mercado de turismo está sempre a evoluir e, para tal, torna-se necessário prestar um serviço de qualidade que venha corresponder às expectativas do turista, pois este está cada vez mais bem informado e mais exigente, procurando conseqüentemente, serviços de maior qualidade de forma a superar as suas expectativas. Neste sentido, no decorrer do estágio foi encontrada a necessidade de criar mais oferta turística, tendo em conta que a procura cada vez mais se acentua nas atividades de desporto, natureza e saúde e bem-estar.

Com as tendências atuais do mercado turístico e em resposta à procura crescente de produtos e serviços ambientalmente e socialmente responsáveis, o crescimento do turismo de natureza deverá ser desenvolvido de uma forma sustentável, quer ao nível económico quer ao nível ambiental. Desta forma torna-se fundamental que o desenvolvimento do mercado de turismo natureza assente num conjunto de ferramentas que permitam garantir o equilíbrio entre a atividade humana e o ambiente.

Assim e tendo em conta que o município de Caminha tem muito para oferecer, foram propostas rotas turísticas, como se pode ver no Anexo V, na tentativa de melhorar a oferta turística do local. No entanto, existe pouco investimento no turismo por parte da autarquia e das empresas de animação turística. Ainda existe muito a ser explorado para que Caminha seja considerado um destino de excelência, por exemplo melhorar as acessibilidades, requalificar os recursos, criação de novos produtos turísticos, bem como informar o turista.

Também se tornou necessário fazer uma revisão aos inquéritos que eram aplicados ao turista, pois eram confusos e bastante extensos. Assim, foi criado um único inquérito, de uma só página, de leitura simples e traduzido em quatro línguas: português, espanhol, alemão e francês.

Para além de ter de corresponder às expectativas do turista, não podemos esquecer a população local. Anualmente são realizados eventos que atraem não só turistas como também a população local. Assim, tornou-se necessário criar uma ficha de atividades na qual se avaliasse o tipo de evento realizado para posteriormente fazer um balanço. Também se tornou necessário entender a perspetiva da população local e dos comerciantes sobre estes eventos. Assim, realizou-se um inquérito de satisfação aplicado durante o evento para compreender a opinião dos mesmos (Anexo III). Contudo, estes não foram bem aceites pela comunidade, não se sentindo predispostos a ajudar na contribuição de uma melhor oferta turística.

Compreende-se que a oferta turística se encontra subdimensionada e que é possível fazer uma exploração sustentada de outros recursos para além dos que estão ligados ao mar. Os recursos com potencial turístico foram facilmente identificados com a ajuda dos técnicos e do site da Direção Geral do Património Cultural.

Ao longo da avaliação dos recursos turísticos foram encontrados alguns problemas. O primeiro problema identificado prendeu-se com a falta de acessibilidade de alguns recursos, mais especificamente, a grande extensão da cobertura vegetal, como por exemplo: Estação Arqueológica do Alto do Côto da Pena, Cividade de Âncora, Dólmén do Santo de Vile, Forte do Ínsua, Lage das Fogaças e Mamoá de Aspra. De referir que o Forte da Ínsua se encontra incluído neste tópico pois apenas é acessível por via marítima. Já os Moinhos de Gândara foram avaliados, mas não devem ser incluídos na oferta turística pois não se encontram em condições de acesso ao turista.

O segundo problema encontrado prendeu-se com os recursos/monumentos que apesar de serem classificados como Imóvel de Interesse Público ou Monumento Nacional são propriedade privada, não conseguindo ter acesso aos mesmos pois seria necessário pedir uma autorização à autarquia e ao proprietário, como por exemplo: Casa da Torre e Casa dos Pitás.

O último problema restringiu-se com a falta de sinalização de apenas um monumento/recurso, o Miradouro do Monte do Sino dos Mouros, em que apenas está sinalizado no centro da freguesia de Moledo do Minho.

A principal ameaça identificada é a massificação turística que degrada os valores patrimoniais e ambientais dos recursos. O aumento progressivo do número de turistas nos meses de época alta aumenta a necessidade de preservar e valorizar os recursos patrimoniais e ambientais.

A título de conclusão, pode-se confirmar que a realização de um estágio curricular é fundamental na consolidação dos conhecimentos adquiridos ao longo do mestrado, mostrando-se bastante estimulante a nível pessoal e profissional. O contacto direto com o mundo e trabalho

nesta área possibilita não só a integração no mercado de trabalho, como também, a percepção das dificuldades reais de um técnico de turismo. Tem-se noção que o papel da Câmara Municipal é o de criar condições para que os vários agentes ligados ao setor do turismo, entre profissionais de hotelaria e restauração, passando pelos comerciantes e demais profissionais, que direta ou indiretamente, prestam serviços turísticos que consigam criar sinergias entre si, melhorando a oferta de produtos de qualidade e comunicando-os como únicos e especiais. Assim, deve-se ter em conta que os munícipes têm, por vezes, uma opinião muito desfocada das entidades públicas. Assim, ao longo do relatório, procurou-se descrever e refletir a realidade desta profissão, assim como no modo como os problemas podem ser ultrapassados.

Com este estágio, aprofundaram-se conhecimentos anteriormente assimilados quer em licenciatura quer em mestrado. Pode-se afirmar que se retirou o máximo partido possível desta experiência.

Referências Bibliográficas

- Aall, C. (2014). Sustainable tourism in practice: promoting or perverting the quest for a sustainable development? *Journal of Sustainability* , 6, 2562-2583.
- Ahmed, B. (2015). Social and cultural impacts of tourism growth in coastal environments and the potential for sustainability: Case study of Egypt and USA. *International Journal of Arts and Humanities* , 1 (2).
- Almeida, I., & Abranja, N. (2009). Turismo e Sustentabilidade. *Journal of Tourism Studies* , 2 (2), 15-31.
- Alves, L. (1985). *Caminha e seu concelho - monografia*. (C. M. Caminha, Ed.) Caminha, Portugal: Barbosa & Xavier, Limitada.
- Ardahaey, F. (2011). Economic impacts of tourism industry. *International Journal of Business and Management* , 6 (8), 206-2015.
- Assembleia da República. (14 de Abril de 2014). DL 19/2014, Lei de Bases do Ambiente. *Diário da República: I série, Nº 73* .
- Brito, B. R. (2000). O Turista e o Viajante: Contributos para a conceptualização do Turismo alternativo e Responsável. *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*. Coimbra.
- Brundtland Report. (1987). *Report of the World Commition on Environment and Development: Our Common Future*. United Nations.
- Buckley, R. (2012). Sustainable tourism: research and reality. *Annals of tourism Research* , 39 (2), 528-546.
- Câmara Municipal de Caminha. (2011). *Mosaico de Paisagens*. Caminha: Câmara Municipal.
- Câmara Municipal de Caminha. (2009). *Praias*. Obtido em 1 de Dezembro de 2015, de <http://www.cm-caminha.pt/ver.php?cod=0H0F>
- Caminha, M. (2010). *Caminha Turismo*. Obtido em 14 de Outubro de 2015, de <http://www.caminhaturismo.pt/ver.php?cod=0A0B>
- Chouldhary, R. (2014). Sustainable Tourism in India: Collective Efforts of Tourism Stakeholders. *International Journal of Business Management* , 1 (1), 77-84.
- Cifuentes, M., Amador, E., Cayot, L., Cruz, E., & Cruz, F. (1996). *Determinación de la capacidad de carga turística en los sitios de visita del Parque Nacional Galápagos*. Instituto Ecuatoriano Florestal y de Áreas Naturales y Vida Silvestre, Servicio Parque Nacional Galápagos, Puerto Ayora.
- Correia, J., & Carvalho, P. (2011). Turismo, sustentabilidade e ambientes de montanha: O caso do Piódão. Reflexões em torno das perspectivas dos visitantes. *trunfos de uma Geografia ativa - Desenvolvimento Local, Ambiente, Ordenamento e Tecnologia* .
- Costa, S. (2011). *Certificação da Qualidade no Turismo*. relatório de Estágio, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, Mestrado de Turismo, Portugal.
- Cunha, L., & Abrantes, A. (2013). *Introdução ao Turismo*. Lisboa: LIDEL.
- DGPC. (s.d.). *Património Imovel*. Obtido em 17 de Dezembro de 2015, de património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/result/?name=&situation=&catprot=&invtema=&type=&concelho=2676&recor ds=50>
- Dinis, S. (2005). *O ECOTURISMO: UM INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?* Mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Desenvolvimento e Cooperação Internacional.
- Education Bureau. (2009). Introduction to Tourism. *Tourism and hospitality studies* .
- Fennell, D. A. (2005). *Ecotourism: An Introduction* (Vol. 2). Taylor & Francis Group.
- Ferreira, N. (2011). *Turismo: Uma oportunidade para Óbidos*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa.

- Garau, C. (2015). Perspectives on Cultural and Sustainable Rural Tourism in a Smart Region: The Case Study of Marmilla in Sardinia (Italy). *Journal of Sustainability* (7), 6412-6434.
- GhulamRabbany, Afrin, S., Rahman, A., Islam, F., & Hoque, F. (2013). Environmental effects of tourism. *American Journal of Environment, Energy and Power Research* , 1 (7), 117-130.
- Huaraca, V., & Luis, E. (2008). *Monitoreo de impactos del turismo en la zona alta de la reserva ecológica Cayambre-Coca*. Posgrado, Universidad Tecnológica Equinoccial, Gestión Turística y Desarrollo Sustentable, Ecuador.
- Hunter, C. (1997). Sustainable tourism as an adaptive paradigm. *Annals of Tourism Research* , 24 (4), 850-867.
- ICNF. (2015). *Código de Conduta e boas práticas dos visitantes nas áreas protegidas*. Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: <http://www.icnf.pt/portal/turnatur/resource/docs-ap/codigos/codig-conduct>
- IGP. (15 de Outubro de 2015). *Instituto Geográfico Português*. Obtido de Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP) 2013: http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop_/caop__download_/carta_administrativa_oficial_de_portugal___versao_2013/
- INE. (14 de outubro de 2011). *Censos 2011 - Quadros de apuramento por freguesia*. Obtido de Instituto Nacional de Estatística: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros
- Jamal, T., Camargo, B. A., & Wilson, E. (13 de Outubro de 2013). Critical omissions and new directions for sustainable tourism: a situated macro- micro approach. *Journal of Sustainability* , 4595-4613.
- Klimek, K. (2013). Destination Management Organizations and their shift to sustainable tourism development. *European Journal of Tourism, Hospitality and Recreation* , 4 (2), 27-47.
- Lee, T. H. (12 de Março de 2012). Influence analysis of community resident support for sustainable tourism development. (Elsevier, Ed.) *Tourism Management* , 1-10.
- Liu, Z. (2003). Sustainable tourism development: a critique. *Journal of sustainable tourism* , 11 (6), 459-475.
- Medeiros, L., & Moraes, P. (2013). Turismo e Sustentabilidade ambiental: referências para o desenvolvimento de um turismo sustentável. *Meio Ambiente e Sustentabilidade* , 3 (2), 198-234.
- Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território. (31 de Outubro de 2013). DL nº151-B/2013, Avaliação do Impacte ambiental. *Diário da República I Série A. nº 102* , p. 6328.
- Morais, A. (2014). *Contribution to Sustainability Management of the Tourism Sector in Portugal*. Dissertação, Instituto Superior Técnico de Lisboa, Portugal.
- Moscardo, G., & Murphy, L. (2014). There is no such thing as Sustainable Tourism: Re-Conceptualizing Tourism as a tool for sustainability. *Journal of Sustainability* (6), 2538-2561.
- Oliveira, C. (2013). *Caracterização do mercado de atividades de Turismo de Natureza em Portugal*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.
- OMT. (2015). *UNWTO Tourism Highlights*.
- Prato, T. (2001). Modeling carrying capacity for national parks. *Economical Economics* , 39 (III), 321-331.
- Rukuziene, R. (2014). Sustainable tourism development implications to local economy. *Regional formation and development studies journal* , 3 (14), 170-177.
- Schmutz, V., & Elliott, M. A. (2016). Tourism and sustainability in the evaluation of world heritage sites, 1980-2010. *Journal of Sustainability* , 8 (261), 1-14.
- SIPA. (2001). *Pesquisar o Inventário do Património Arquitectónico*. Obtido em 13 de Dezembro de 2015, de Sistema de Informação para o Património Arquitectónico: http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPASearch.aspx?id=0c69a68c-2a18-4788-9300-11ff2619a4d2

- Sousa, M., & Baptista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Sousa, R. (2006). *A Sustentabilidade do Destino Turístico Porto Santo*. Dissertação, Universidade da Madeira, Madeira.
- Torres-Delgado, A., & Palomeque, F. L. (2014). Measuring sustainable tourism at the municipal level. *Annals of Tourism Research*, 49, 122-137.
- Torres-Delgado, A., & Saarinen, J. (2014). Using indicators to assess sustainable tourism development: a review. *Tourism Geographies*, 16 (1), 31-47.
- Turismo de Portugal. (2007). *PENT*.
- Turismo de Portugal. (2007). *Plano de ação para um Turismo Europeu mais Sustentável - Relatório do Grupo para a Sustentabilidade do Turismo*. Turismo de Portugal.
- Turismo de Portugal. (2015). *Turismo 2020 - cinco princípios para uma ambição*. Turismo de Portugal.
- UNEP & UNWTO. (2005). *Making Tourism more Sustainable - A guide for Policy Makers*. Madrid, Espanha: United Nations World Tourism Organization.
- UNEP. (2014). *Tourism*. Obtido em 3 de Maio de 2016, de United Nations Environment Programme:
<http://www.unep.org/resourceefficiency/Home/Business/SectoralActivities/Tourism/tabid/78766/Default.aspx>
- UNWTO & UNEP. (2013). *Guidebook for Sustainable Tourism for Development*. Brussels.
- Vieira, N. (2006). *Turismo Ativo em Portugal: Um retrato do sector*. Monografia, Faculdade de Desporto - Universidade do Porto, Porto.
- Viver Viana. (2013). *Caminha*. Obtido em 15 de Janeiro de 2016, de Viver Viana - Tudo sobre o Alto Minho: <http://viverviana.pt/caminha/>
- Waligo, V., Clarke, J., & Hawkins, R. (2014). Embedding stakeholders in sustainable tourism strategies. *Annals of Tourism Research*, 55, 90-93.
- Zacarias, D. (2013). Avaliação da capacidade de carga turística para gestão de praias em Moçambique: o caso da Praia do Tofo. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, 13 (2), 205-214.
- Zaei, M., & Zaei, M. (2013). The impacts of tourism industry on host community. *European Journal of Tourism Hospitality and Research*, 1 (2), 12-21.
- Zolfani, S. H., Sedaghat, M., & Zasadskas, R. M. (2015). Sustainable Tourism: a comprehensive literature review on frameworks and applications. *Economic Research*, 28 (1), 1-30.

Anexos

Anexo I – Identificação e caracterização dos recursos turísticos

Denominação	Tipologia	Categoria de Proteção	Classificação	Propriedade Pública/ Privada
Centro histórico de Caminha	Arquitetura Mista/Centro Histórico	Classificado como CIP – Conjunto de Interesse Público	Litomo	Não aplicável
Capela de S. Bento	Igrejas/Capelas/Ermidas	Sítio de interesse público – não classificado	Litomo	Igreja Católica
Capela de S. João	Igrejas/Capelas/Ermidas	Sítio de interesse público – não classificado	Litomo	Igreja Católica
Capela S. Pedro Varais	Arquitetura Religiosa / Capela	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Igreja Católica
Mosteiro S. João D'Arga	Arquitetura Religiosa / Mosteiro	Classificado como MN – Monumento Nacional	Litomo	Igreja Católica
Igreja Misericórdia de Caminha	⁸	Em vias de classificação (com despacho de abertura)	Litomo	Misericórdia
Casa da Torre ⁹	Arquitetura Civil/ Solar	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Pessoa singular
Casa dos Pitas ⁸	Arquitetura Civil / Palácio	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Pessoa singular
Cividade de Âncora ¹⁰	Arquitetura Militar / Fortaleza	Sítio de interesse público – não classificado	Litomo	Pessoa singular
Dólmen do Santo de Vile ⁹	Arqueologia / Anta	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Pessoa singular
Lage das Fogaças ⁹	arquitetura / arte rupestre	Classificado como MN – Monumento Nacional	Fitomo	Pessoa singular
Mamoas de Aspra ⁹	Arquitetura/mamoas	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Pessoa singular
Estação arqueológica do Alto do Coto da Pena ⁹	arqueologia /povoado fortificado	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Estatal

⁸ Em vias de classificação

⁹ Apesar de estarem classificados como Imóveis de Interesse Público, são zonas privadas e de acesso restrito aos turistas

¹⁰ Zona inacessível pela quantidade de arvoredo na zona envolvente

Forte da Ínsua	Arquitetura Militar / Forte	Classificado como MN – Monumento Nacional	Litomo	Estatal
Conjunto fortificado da Vila de Caminha	Arquitetura Militar / Fortaleza	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Estatal
Forte da Lagarteira	Arquitetura Militar / Forte	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Estatal
Forte do Cão	Arquitetura Militar / Forte	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Estatal
Igreja Matriz de Caminha	Arquitetura Religiosa / Igreja	Classificado como MN – Monumento Nacional	Litomo	Estatal
Capela Santo Isidoro	Igrejas/Capelas/Ermidas	Sítio de interesse público – não classificado	Litomo	Municipal
Chafariz do Terreiro	Arquitetura Civil / Chafariz	Classificado como MN – Monumento Nacional	Litomo	Municipal
Cruzeiro da Independência	Miradouros	área urbana com valor cultural	Litomo	Municipal
Dólmen da Barrosa	Arqueologia / Anta	Classificado como MN – Monumento Nacional	Litomo	Municipal
Mata Nacional do Camarido	Zonas Florestais	PROF, Florestas,	Fitomo	Municipal
Mata Nacional do Gelfa	Zonas Florestais	PROF, Florestas,	Fitomo	Municipal
Miradouro da Boa Vista	Miradouros	Sítio de interesse público – não classificado	Fitomo	Municipal
Miradouro da Fraga	Miradouros	Sítio de interesse público – não classificado	Fitomo	Municipal
Miradouro do Monte de Santo Antão	Miradouros	Sítio de interesse público – não classificado	Fitomo	Municipal
Miradouro e cruzeiro do Sino dos Mouros	Miradouros	Sítio de interesse público – não classificado	Fitomo	Municipal
Miradouro Monte do Calvário	Miradouro	Área não urbana com valor especial cultural	Fitomo	Municipal
Miradouro Nossa Senhora das Neves	Miradouros	Sítio de interesse público – não classificado	Fitomo	Municipal
Ponte de Vilar de Mouros	Arquitetura Civil / Ponte	Classificado como MN – Monumento Nacional	Litomo	Municipal
Praia da Foz do Rio Minho	Praias Oceânicas/Fluviais	POOC	Hidromo	Municipal
Praia de Lanhelas	Praias Oceânicas/Fluviais	POOC	Hidromo	Municipal

Praia de Moledo do Minho	Praias Oceânicas/Fluviais	POOC	Hidromo	Municipal
Praia de Seixas	Praias Oceânicas/Fluviais	POOC	Hidromo	Municipal
Praia de Vila Praia de Âncora	Praias Oceânicas/Fluviais	POOC	Hidromo	Municipal
Praia do Forte do Cão	Praias Oceânicas/Fluviais	POOC	Hidromo	Municipal
Rua direita	Arquitetura	Sítio de interesse público – não classificado	Litomo	Municipal
Torre do Relógio	Arquitetura Militar / Muralha	Classificado como MN – Monumento Nacional	Litomo	Municipal
Moinhos de Gândara	arquitetura/moinhos	Sítio de interesse público – não classificado	Litomo	Municipal e freguesias das Arga
Cruzeiro de Venade	Arquitetura Religiosa / Cruzeiro	Classificado como IIP – Imóvel de Interesse Público	Litomo	Municipal

Fonte: Própria com base em (SIPA); (DGPC) e (Câmara Municipal de Caminha)

Anexo II – Avaliação do estado dos recursos turísticos

Denominação	Ambientais				Físicos					Biológicos					
	A	B	C	D	A	B	C	D	E	A	B	C	D	E	F
Capela de S. Bento	5	6	6	5	5	5	4	5	5	3	3	4	3	6	6
Capela e Rua de S. João	5	6	6	5	3	3	3	5	5	3	3	4	3	6	6
Capela S. Pedro Varais	5	6	6	5	5	4	4	2	2	5	3	2	3	3	3
Capela Santo Isidoro	5	6	6	4	5	3	3	3	3	3	3	3	4	6	5
Casa da Torre															
Casa dos Pitais															
Centro histórico de Caminha	5	6	6	6	5	4	4	4	5	4	4	4	4	6	6
Chafariz do Terreiro	4	6	6	4	5	5	6	5	5	3	4	5	4	6	6
Cividade de Âncora															
Conjunto fortificado da Vila de Caminha	5	6	6	4	5	5	6	5	5	2	2	2	4	6	4
Cruzeiro da Independência	5	6	6	4	5	5	6	5	4	4	4	5	5	6	6
Cruzeiro de Venade	5	6	6	6	4	3	6	4	4	3	3	3	4	6	6
Dólmen da Barrosa	4	3	3	5	5	5	6	3	4	2	3	2	6	3	4
Dólmen do Santo de Vile															
Estação arqueológica do Alto do Coto da Pena															
Forte da Ínsua															
Forte da Lagarteira	3	6	6	4	5	3	6	4	4	1	3	2	3	6	5
Forte do Cão	2	3	4	4	5	3	6	3	4	1	3	2	3	4	4
Igreja Matriz de Caminha	4	6	6	4	5	5	6	5	5	2	2	5	3	6	6
Igreja Misericórdia de Caminha	5	6	6	5	5	5	5	5	5	5	4	6	4	6	6
Lage das Fogaças															
Mamoá de Aspra															
Mata Nacional do Camarido	5	4	3	5	6	6	6	3	5	6	6	6	6	6	6
Mata Nacional do Gelfa	5	4	3	5	6	6			6	6	6	6	6	6	6
Miradouro da Boa Vista	5	6	6	5	6	6	6	3	5	5	5	3	5	6	6
Miradouro da Fraga	4	6	6	5	6	4	6	3	4	4	3	3	4	5	3
Miradouro do Monte de Santo Antão	5	5	5	4	6	4	5	2	4	5	5	3	5	4	3
Miradouro e cruzeiro do Sino dos Mouros															
Miradouro Monte do Calvário	5	6	4	5	6	6	5	4	3	5	5	5	5	5	5

Miradouro Nossa Senhora das Neves	5	4	5	5	6	6	5	4	4	6	5	4	6	3	3
Moinhos de Gândara	2	2	2	4	2	2	6	3	3	2	2	2	2	2	1
Mosteiro S. João D'Arga	5	5	5	5	5	5	6	5	4	5	4	4	3	3	3
Ponte de Vilar de Mouros	5	6	6	5	5	5	6	5	5	5	4	4	4	5	5
Praia da Foz do Rio Minho	4	4	4	4	6	6	6	5	5	6	6	6	6	6	4
Praia de Lanhelas	3	6	6	3	6	6	6	4	4	6	6	6	6	6	6
Praia de Moledo do Minho	3	5	6	4	6	6	6	5	5	6	6	6	6	6	6
Praia de Seixas	3	6	6	3	6	6	6	4	4	6	6	6	6	6	4
Praia de Vila Praia de Âncora	3	6	6	5	6	6	6	5	5	6	6	5	6	5	5
Praia do Forte do Cão	3	4	4	4	6	6	6	4	4	6	6	1	6	6	2
Rua direita	4	6	6	4	4	4	4	5	5	5	4	5	5	6	6
Torre do Relógio	5	6	6	6	5	5	6	5	5	5	5	5	5	6	6

Fonte: Própria

Legenda:

Ambientais:

- A. Erosão
- B. Pisoteio
- C. Distribuição da fauna e flora
- D. Poluição

Físicos:

- A. Partido
- B. Degradado
- C. Degradação da pintura
- D. Infraestruturas
- E. Acessibilidade

Biológicos:

- A. Manchado de fungos
- B. Musgo
- C. Plantas a crescer
- D. Humidade
- E. Densidade florestal
- F. Diversidade e extensão da cobertura vegetal

Anexo III - Inquéritos

Avaliação dos eventos pelos participantes/pop. local

Com este inquérito pretende-se recolher informações acerca do evento _____, com o objetivo de entender qual o grau de satisfação da população local para com este tipo de eventos e estudar o potencial impacto dos mesmos nesta vila. Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para este estudo. Por favor responda com sinceridade pois não há respostas corretas ou incorretas. A sua ajuda é muito importante. Obrigado pela colaboração.

1. Idade _____ 2. Género: Masculino Feminino 3. Freguesia _____
4. Habilitações Literárias: Ensino Básico Ensino Secundário Ensino Superior Outro
5. A sua atividade profissional está envolvida com o turismo? Sim Não
6. Teve conhecimento deste evento? Sim Não 6.1. Já participou alguma vez? Sim Não
- 6.2. Quantas vezes? _____ 6.3. Se respondeu negativamente, indique o motivo (selecione todas as opções que se apliquem):

Preço elevado	Falta de informação/ divulgação	Falta de tempo/interesse
Falta de disponibilidade	Falta de atratividade	Tipologia dos produtos vendidos
Competência do atendimento da organização	Outro: (qual?)	

7. Indique o seu grau de concordância, relativamente a cada uma das seguintes afirmações:

	Discordo Completamente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Plenamente
É importante para o turismo da região continuar com este tipo de eventos.					
Este tipo de eventos tem um papel importante para o desenvolvimento local do território.					
O município de Caminha tem potencial para atrair vários tipos de turistas.					
A data do evento é adequada à época do ano.					
A temática enquadra-se na oferta turística do concelho.					
O local é apropriado para este tipo de evento.					
A tipologia de expositores está adequada ao evento					
A distribuição do espaço/zonas é adequado.					

8. Indique qual é, na sua opinião, o impacto que este tipo de evento tem no desenvolvimento de cada um dos seguintes aspetos/serviços:

	Nenhum Impacto	Fraco Impacto	Algum Impacto	Grande Impacto
Melhoramento dos acessos				
Melhoramento da sinalização				
Aumento da procura de Alojamento				
Aumento da procura de Restauração				
Serviços complementares de animação				
Aumento da Segurança Pública				
Esgotos e saneamento				
Incentivo ao investimento				
Incentivo ao comércio local				
Outros. Quais? _____				

9. Classifique quão importante seria, na sua opinião, melhorar cada um dos seguintes aspetos, de forma a atrair a população local e turistas?

	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Não Sabe
Instalações					
Equipamentos					
Alojamento					
Restauração					
Infraestruturas de apoio					
Sinalização					
Serviços de animação complementares					
Acessibilidades					

Muito Obrigado pela atenção prestada!

Oferta turística do Município de Caminha

Com este inquérito pretende-se recolher informações acerca da oferta turística que o concelho de Caminha tem para oferecer. O objetivo é entender qual o grau de satisfação da população local para com a oferta turística existente e estudar o potencial impacto do turismo nesta vila. Todas as informações recolhidas são estritamente confidenciais. Os dados de identificação solicitados servem apenas para este estudo. Por favor responda com sinceridade pois não há respostas corretas ou incorretas. A sua ajuda é muito importante. Obrigado pela colaboração.

1. Idade _____ 2. Género: Masculino Feminino 3. eguesia _____

4. Habilitações Literárias: Ensino Básico Ensino Secundário Ensino Superior Outro

5. A sua atividade profissional está envolvida com o turismo? Sim Não

6. Selecione com um (X) os locais que conhece:

Praia do Forte do Cão	Miradouro e cruzeiro do Sino dos Mouros	Torre do relógio
Forte do Cão	Capela de Santo Isidoro	Chafariz da Praça Conselheiro Silva Torres
Dólmen da Barrosa	Fortaleza da Ínsua	Igreja Misericórdia de Caminha
Capela de S. João	Mata Nacional do Camarido	Igreja Matriz de Caminha
Praia de Vila Praia de Âncora	Miradouro do Monte de Santo Antão	Teatro Valadares
Forte da Lagarteira	Miradouro da Fraga	Núcleo Museológico da Memória, Artes e Ofícios de Riba de Âncora
Miradouro do Monte do Calvário	Miradouro da Boa vista	Ponte de Vilar de Mouros
Capela de S. Pedro de Varais	Muralha de Caminha	Capela de S. Bento
Praia de Moledo	Rua Direita	Gravuras Rupestres – Lage das Fogaças
Miradouro de Nossa Senhora das Neves	Mosteiro S. João D’Arga	Casa do Marco – Arte na Leira
Moinhos de Gândara	Centro de Interpretação da Serra D’Arga	Cruzeiro da independência
Museu Municipal de Caminha	Centro histórico de Caminha	Outro: (Qual?)

7. Indique quais os locais que considera de maior importância para colocar à disposição do turista:

Praia do Forte do Cão	Miradouro e cruzeiro do Sino dos Mouros	Torre do relógio
Forte do Cão	Capela de Santo Isidoro	Chafariz da Praça Conselheiro Silva Torres
Dólmen da Barrosa	Fortaleza da Ínsua	Igreja Misericórdia de Caminha
Capela de S. João	Mata Nacional do Camarido	Igreja Matriz de Caminha
Praia de Vila Praia de Âncora	Miradouro do Monte de Santo Antão	Teatro Valadares
Forte da Lagarteira	Miradouro da Fraga	Núcleo Museológico da Memória, Artes e Ofícios de Riba de Âncora
Miradouro do Monte do Calvário	Miradouro da Boa vista	Ponte de Vilar de Mouros
Capela de S. Pedro de Varais	Muralha de Caminha	Capela de S. Bento
Praia de Moledo	Rua Direita	Gravuras Rupestres – Lage das Fogaças
Miradouro de Nossa Senhora das Neves	Mosteiro S. João D’Arga	Casa do Marco – Arte na Leira
Moinhos de Gândara	Centro de Interpretação da Serra D’Arga	Cruzeiro da independência
Museu Municipal de Caminha	Centro histórico de Caminha	Outro: (Qual?)

8. Seria importante desenvolver cada um dos seguintes aspetos para o turismo?

	Nenhum Impacto	Fraco Impacto	Algum Impacto	Grande Impacto
Melhoramento dos acessos				
Melhoramento da sinalização				
Criação de estabelecimentos hoteleiros				
Melhoria da qualidade dos serviços dos estabelecimentos hoteleiros				
Criação de estabelecimentos de restauração				
Melhoria da qualidade dos serviços dos estabelecimentos de restauração				
Serviços complementares de animação				
Quais:				
Aumento da Segurança Pública				
Infraestruturas e saneamento				
Outros. Quais? _____				

9. De forma a atrair mais turistas indique o quão importante seria melhorar os seguintes aspetos?

	Nada Importante	Pouco Importante	Importante	Muito Importante	Não Sabe
Instalações					
Equipamentos					
Alojamento					
Restauração					
Saneamento					
Sinalização					
Acessibilidades					
Serviços/ Atividades de entretenimento					

Muito Obrigado pela atenção prestada!



FICHA DE ATIVIDADE - VALADARES, TEATRO MUNICIPAL

Nome da atividade/espetáculo: _____

Data: _____

Hora: _____

Tipo de evento

MÚSICA:					
Clássica		Popular/Tradicional		Pop/Rock	
Fado		Recitais de Coros		Jazz/Blues	
Outro Estilo de música:					
DANÇA/FOLCLORE		CONFERÊNCIA/WORKSHOP		TEATRO	
OUTRA:					

Bilhetes vendidos: _____ Bilhetes Oferecidos: _____ Valor praticado: _____

Nº de espetadores presentes: _____ Nº de sessões: _____ Público-alvo: _____

Organização: _____ Contactos: _____

Responsabilidade da bilheteira: _____

Apoios: _____

Necessidade de técnico de som: Sim Não

Notas:

Anexo IV – Código de conduta

Código de conduta para minimizar os impactos ambientais (ICNF, 2015):

- ⇒ Respeitar os modos de vida e tradições locais, bem como respeitar a população local e propriedades privadas;
- ⇒ Evitar barulhos que perturbem a paz local;
- ⇒ Manter a distância dos animais, não alimentando, e apenas observando com binóculos, para não alterar a sua dieta natural;
- ⇒ Não apanhar plantas, nem recolher amostras geológicas, pois o impacto de uma pessoa é inofensivo, mas o mesmo processo efetuado vezes sem conta pode ter consequências negativas no meio;
- ⇒ Observar e fotografar a fauna mantendo uma distância adequada para que estas atividades não afetem o comportamento dos animais no seu habitat;
- ⇒ Respeitar a sinalização da área de visitação;
- ⇒ Em termos de visitação, os percursos devem ser utilizados por pequenos grupos de visitantes de cada vez, estes por sua vez são responsáveis pelos seus atos. Não devem fazer lixo, desfazer-se de forma inadequada dos detritos, bem como fazer fogueiras, etc.;
- ⇒ Contactar a entidade responsável sempre que houver alguma irregularidade;
- ⇒ Não sair dos trilhos sinalizados para evitar ao máximo possíveis danos à fauna ou flora;
- ⇒ As atividades relacionadas com o turismo natureza devem ser praticadas nos locais autorizados e com todas as condições de seguranca;
- ⇒ Acampar apenas em locais autorizados, para não danificar a vegeta o;
- ⇒ Os picnics devem ser feitos apenas em locais reservados para isso;
- ⇒ Respeitar outros visitantes que estejam a utilizar o mesmo percurso;
- ⇒ O visitante deve informar-se sobre os vários aspetos da área protegida que visita, deslocando-se a estruturas de apoio ou a postos de turismo;
- ⇒ Outros elementos considerados relevantes e adaptados aos locais de visitação.

Anexo V – Novas Rotas Turísticas

⇒ Rota dos Miradouros

Pontos de Interesse

- 1) Conjunto Fortificado de Caminha 
- 2) Dólmen da Barrosa 
- 3) Fortaleza da Ínsua 
- 4) Mata Nacional do Camarido 
- 5) Moinhos de Gândara 
- 6) Praia da Foz do Minho 
- 7) Praia de Moledo do Minho 
- 8) Praia de Vila Praia de Ancora 
- 9) Torre do Relógio 

Informações úteis

Loja Interativa de Turismo de Caminha
 Praça Conselheiro Silva Torres
 Tel: (351) 258 921 952
 E-mail: turismo@cm-caminha.pt
 Site: www.caminhaturismo.pt
 41°52'38.66"N/08°50'18.75"W

Posto de Turismo de Vila Praia de Ancora
 Av. Ramos Pereira
 Vila Praia de Ancora
 Tel: (351) 258 911 384
 turismo@cm-caminha.pt
 41°48'43.93"N/08°51'46.67"W

Centro de Interpretação da Serra D'Arga
 Arga de Baixo
 Caminha
 cisa@cm-caminha.pt
 41°50'33.04"N/08°42'51.24"W

Escola de Surf Koala
 Rua Veiga, nº59
 Vila Praia de Ancora
 Tel: (351) 934 846 371
 E-mail: manolo.sv@hotmail.com
 Site: www.surfkoala.com
 41°48'18"N / 8°51'16"W

Posto Náutico Ínsua
 Praia da Foz do Minho - Caminha
 Tel: (351) 258 722 177 / (351) 965 836 998
 E-mail: insua.caminha@gmail.com
 Site: www.aldeamentocamarido.com
 41°51'30"N/8°51'15"W

MinhAventura
 Apartado 100
 Vila Praia de Ancora
 Tel: (351) 962 023 674 / (351) 962 023 675
 Email: info@minhaventura.com
 Site: www.minhaventura.com
 41°52'24"N/8°50'15"W

Caminha Iate Clube
 Rua da Praia de Moledo
 Tel: (351) 919 173 040
 E-mail: caminhaiateclube@gmail.com
 Site: www.caminhaiateclube.com
 41°53'28"N / 8°49'29"W

FlyFip
 Edifício Centro Comercial Ancora, Fração V
 Vila Praia de Ancora
 Tel: (351) 926 701 841
 E-mail: flyfip@fishinginportugal.com
 Site: www.flyfishinginportugal.com
 41°48'48"N / 8°51'47"W

Atividades

Para despertar sensações mais tranquilas pode sempre experimentar a descida em kayak pelo Rio Coura 

Para quem gosta de desportos náuticos, não pode deixar de experimentar o Stand Up Paddle 

Os trilhos pedestres são uma excelente oportunidade para explorar os espaços naturais deste concelho.. 

Aproveite para praticar BTT e passeios de bicicleta para descobrir os recantos escondidos que o concelho de Caminha tem para oferecer. 

Se preferir desportos radicais como windsurf, surf, vela, kitesurf ou bodyboard experimente as ondas das praias de Caminha, Moledo e Vila Praia de Ancora 

Caminha oferece excelentes oportunidades entre as diversas modalidades de turismo, desde o turismo natureza ao turismo cultural e religioso.

Venha relaxar connosco, deixe-se levar e envolva-se na descoberta do concelho de Caminha.

Rota dos Miradouros

CAMINHA



WWW.CAMINHATURISMO.PT



Fonte: Própria

a) Miradouro de Nossa Senhora das Neves



Um misto de diversidade natural entre o ar puro da montanha, a típica ruralidade e os campos mais férteis das freguesias do Vale dos rios Coura e Minho é o que encontramos por entre as enseadas deste miradouro.
Extensão: a 8,2 km da vila de Caminha (2h 04 min a pé).
Coordenadas: 41°50'34.011" N / 8°47'18.381" O

e) Miradouro do Monte do Sino dos Mouros



Neste miradouro podemos apreciar a freguesia de Moledo no seu esplendor, com a sua praia como plano de fundo. Podemos ainda deixar-nos levar pela natureza envolvente bastante rica em fauna e flora.
Extensão: 5,1 km da vila de Caminha (1h 05 min a pé)
Coordenadas: 41°50'54.936" N / 8°50'4.62" O

b) Miradouro da Boa Vista

Ao longe vemos o Monte de Santa Tecla, da vizinha Espanha, que marca a sua presença por cima do Estuário do Rio Minho. Podemos ver também toda a envolvente do conjunto fortificado de Caminha, que outrora defendeu este povo das invasões espanholas.



Extensão: 450 metros da vila de Caminha (10 min. a pé)
Coordenadas: 41°52'21.736" N / 8°50'25.594" O

f) Miradouro do Monte do Calvário

Ao longe, contemplamos a praia de Vila Praia de Âncora e, um pouco mais a sul, a Mata da Gelfa. Para os mais devotos existe a Capelinha de Nossa Senhora de Lurdes, datada de 1926.



Extensão: 8,7 km da vila de Caminha (1h 52 min. a pé)
Coordenadas: 41°49'3.151" N / 8°51'14.613" O

c) Miradouro da Fraga

A paz reina no miradouro da Fraga, onde contemplamos os verdejantes campos agrícolas. Este é o lugar perfeito para apreciar a tranquilidade da vila de Caminha, onde o verde da Mata Nacional do Camarido e o azul da Praia da Foz do Minho se encontram, concedendo-nos uma das melhores vistas do concelho, tendo o monte de Santa Tecla como cenário.



Extensão: 1,7 km da vila de Caminha (30 min. a pé).
Coordenadas: 41°50'37.46" N / 8°51'30,029" O

g) Miradouro do Cruzeiro da Independência

Num cenário de grande beleza natural, Lanhelas, guarda um património bastante significativo. Neste miradouro podemos admirar o cruzeiro da Independência, um monumento que comemora a vitória das guerras da independência, contra uma investida espanhola, impedindo o avanço destes para as terras lusas.



Extensão: 6,4 km da vila de Caminha (1h 20 min. a pé)
Coordenadas: 41°54'21.841" N / 8°47'19,762" O

d) Miradouro de Santo Antão

Deixamo-nos levar pela diversidade da paisagem, onde o mar e a montanha se enlaçam entre as praias Foz do Rio Minho e Moledo e a Mata Nacional do Camarido. Também podemos admirar, ao longe, o Forte do Ínsua, uma antiga fortificação militar.



Extensão: 3,6 km da vila de Caminha (1h 03 min. a pé)
Coordenadas: 41°50'936" N / 8°50'4.621" O

h) Miradouro de S. João D'Arga

Este miradouro encontra-se situado num dos pontos mais altos do concelho de Caminha, a Serra D'Arga. É aqui que ocorre anualmente a Romaria de S. João D'Arga, uma das mais antigas romarias do Alto Minho. Além de ter uma paisagem magnífica sobre o vale, o turista pode ainda refrescar-se nos belos riachos e cascatas naturais da serra.



Extensão: 16,3 km da vila de Caminha (3h 55min a pé)
Coordenadas: 41°50'37.391" N / 8°43'57,172" O



Legenda:

- Pontos de interesse
- Miradouros
- Comboio
- Estrada Nacional
- Auto Estrada

Fonte: Própria